

# Previdência Social — Conquista Das Massas Trabalhadoras

(Leia Reportagem na Página Central)

## A Política Falida do sr. Macedo Soares

A ATENÇÃO da opinião pública voltou-se nos últimos dias, para as questões de política exterior. Fato que se explica em virtude da lúgubre reunião da OTAN em Paris, como também devido ao amadurecimento de uma verdadeira crise de orientação, ou de desorientação, nas esferas responsáveis pela condução da política exterior brasileira.

A MELHOR expressão desse estado de coisas é o próprio chanceler Macedo Soares. O velho entreguista, que negociou o ajuste de Fernando Noronha, atentatório à soberania nacional, se esforça para impedir modificações indispensáveis, de caráter mais sério, em nossa política exterior e procura fazer novas e mais perigosas concessões ao imperialismo norte-americano. Mas a cada passo que dá, ultimamente, mais se embaraça o ministro, obrigado a desmentir num dia, de modo sibilino e propositadamente confuso, o que no dia anterior afirmou com meridiana clareza.

NÃO satisfeito com a entrega de Fernando de Noronha, o sr. Macedo Soares, de regresso do Peru, comunicou que o Brasil estava disposto a integrar a OTAN. A declaração provocou alarme e logo veio a nota do Itamarati, que não podia tranquilizar, porque nada desmentia. Ainda mais quando os fatos estão aí para tranquilizar. O sr. Manuel Prado, presidente do Peru, vem de propor abertamente ao Conselho da OTAN o entrosamento dos países latino-americanos, signatários do Tratado do Rio de Janeiro, com o Pacto do Atlântico. Simultaneamente, o Sr. Giuseppe Pella, ministro do Exterior da Itália, que por aqui passou recentemente, resolveu assumir o papel de advogado desse entrosamento de finalidades belicistas na reunião de Paris. Longe de ser espontâneo, tudo isto resulta de prévio concerto nos bastidores diplomáticos, sob inspiração do Departamento de Estado.

FICOU evidente, porém, que o Sr. Macedo Soares não encontrou na opinião pública do país o apoio que esperava, para levar o Brasil à OTAN, contrariamente ao interesse nacional mais elementar.

O CHEFE do Itamarati não ficou, todavia, por aí. Num momento em que se avoluma a pressão pelo estabelecimento de relações com a União So-

viética e outros países socialistas, e quando vem de alcançar a mais simpática repercussão a entrevista de Kruschiov a jornalistas brasileiros, resolve o sr. Macedo Soares declarar-se, de público, absolutamente contrário àquelas relações, tanto no terreno diplomático como comercial. A insólita declaração provocou natural espanto, uma vez que o próprio presidente da República já se manifestara favorável ao intercâmbio econômico com os países do mundo socialista.

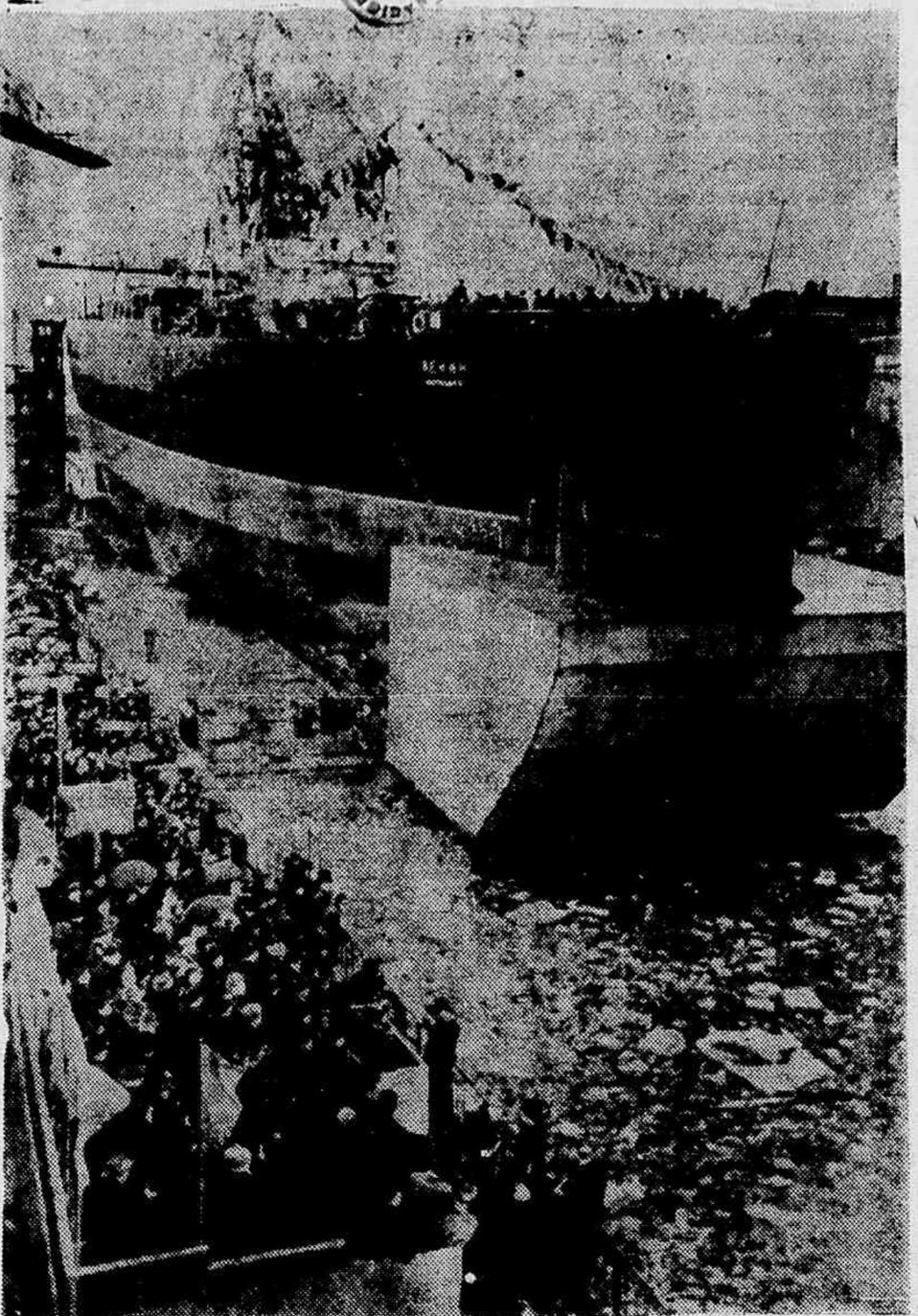
AS DIVERGÊNCIAS, que ocorrem nas esferas governamentais, e que o episódio revela, se tornaram ainda mais manifestas porque, quasi na mesma hora em que o sr. Macedo Soares falava em São Paulo, o sr. Oswaldo Aranha, chefe da delegação brasileira à Assembleia da ONU, dizia em Nova York o contrário. As declarações do sr. Oswaldo Aranha, preconizando as relações diplomáticas e comerciais com todos os países, de acordo com o princípio da coexistência pacífica firmado pela ONU, merecem o apoio unânime da opinião pública brasileira, que não aprova a orientação do ministro do Exterior e de alguns dos seus auxiliares mais qualificados, entre os quais o ministro Barbosa da Silva.

O SR. MACEDO Soares, como aliás previram alguns jornais, não deixou de fazer mais uma das suas confusas retificações, que tudo deixam na mesma. A retificação foi útil, porém, porque confirma que o seu autor está sobrando no cargo que ocupa. Colocado num posto-chave, como é o ministério das Relações Exteriores, o seu entreguismo já o põe em choque até mesmo com círculos dos mais conservadores, que, ao lado das correntes nacionalistas e das massas populares, reclamam uma medida tão necessária ao interesse do país, como as relações com a União Soviética e os outros países socialistas.

O GOVERNO do sr. Juscelino Kubitschek só terá que se fortalecer, desalojando os entreguistas do Itamarati e começando a modificar a sua política exterior num sentido de independência, de relações, em pé de igualdade, com todos os países, sem quaisquer discriminações, e de defesa da paz mundial. Essas modificações são reclamadas pelo povo brasileiro e dele terão decidido apoio.

# VOZ OPERÁRIA

Nº 446 ☆ Rio de Janeiro, ☆ 21 de Dezembro de 1957



**QUEBRA-GELOS ATÔMICO** — O "Lénin" é o primeiro navio quebra-gelos atômico a ser construído no mundo. Ai o vemos no clichê, ao ser lançado ao mar, do estaleiro onde foi construído, em Leningrado. O barco terá como base o Porto de Murmanski, no Norte da Rússia. Nesta ocasião, realizou-se um comício, comemorativo do acontecimento. (Fotografia da Agência TASS).

## Programa do Partido Comunista Português (Texto integral na 4ª Página)

★

# Não Pôde a OTAN Desconhecer as Propostas De Paz de Bulcânin

Comentários Sobre a Reunião de Paris na 2.ª Página



Achmed Sukarno, presidente da República da Indonésia

## O QUE SE PASSA NA INDONÉSIA UM POVO QUEBRA OS GRILHÕES COLONIAIS

(Leia, na 12ª página, ampla reportagem sobre os antecedentes históricos e a verdadeira situação atual em um dos mais importantes países do mundo)

# Confronto Entre as Propostas Soviéticas e as Americanas

Apresentamos no quadro abaixo um confronto entre as propostas soviéticas aos países membros da OTAN, constantes das cartas enviadas nos últimos dias pelo marechal Bulganin aos governos da maioria dos países, e as propostas apresentadas na reunião de Paris pela delegação norte-americana, chefiada pessoalmente por Eisenhower assessorado pelo secretário de Estado Foster Dulles. (Segundo a Associated Press).

## PROPOSTAS SOVIÉTICAS

- 1 — compromisso de não utilizar as armas nucleares, e suspensão das explosões experimentais a partir de 1º de janeiro de 1958, por um período de pelo menos dois a três anos.
- 2 — acordo entre as potências que dispõem de armas nucleares — Estados Unidos, União Soviética e Grã Bretanha —, pelo qual essas potências se comprometam a não armazenar armas nucleares nos territórios das duas Alemanhas, Ocidental e Oriental. Esse acordo seria seguido da criação de uma zona sem armas nucleares na Europa Central, abrangendo as duas Alemanhas, a Polónia e a Tchecoslováquia.
- 3 — tratado de não agressão entre os países membros da OTAN e os países membros do Tratado de Varsóvia.
- 4 — não ingerência de qualquer potência nos assuntos internos dos países do Oriente Próximo e Médio, e renúncia ao emprego da força nessa região.
- 5 — Tratado entre a União Soviética e cada país membro da OTAN visando ao desenvolvimento de relações mútuas de amizade e colaboração pacífica, e de intercâmbio econômico, científico e cultural.
- 6 — Contatos pessoais entre homens de Estado para resolver os problemas internacionais, começando por uma reunião entre os dirigentes das grandes potências.
- 7 — proibição da propaganda de guerra, que envenena as relações entre os países.
- 8 — essas medidas poderão pôr fim à guerra fria e à corrida armamentista, abrindo caminho para um acordo de desarmamento e para a coexistência pacífica.

## PROPOSTAS NORTE-AMERICANAS

- 1 — participação dos Estados Unidos em uma «reserva atômica» da OTAN, constituída de «ogivas atômicas» postas à disposição do comando dessa organização.
- 2 — os Estados Unidos entregarão projéteis balísticos de alcance médio aos demais países da OTAN, para serem utilizados de acordo com o general norte-americano que comanda as forças armadas da organização; esses projéteis utilizarão as «ogivas nucleares» da «reserva atômica» a que se refere o item anterior.
- 3 — constituição de uma Junta de Cientistas e Técnicos da OTAN para estudar um sistema eficiente de produção de armamentos na Europa, que contaria com a ajuda norte-americana.
- 4 — contínua contribuição dos Estados Unidos para as forças terrestres da OTAN, com unidades conhecedoras da técnica do emprego de armas atômicas.
- 5 — união mais estreita da OTAN com outras organizações regionais — o Pacto de Bagdad, a SEATO (Organização do Tratado do Sudeste da Ásia) e a OEA (Organização dos Estados Americanos) — Tratado do Rio de Janeiro.
- 6 — estímulo ao desenvolvimento científico dos países membros da OTAN a fim de alcançar e ultrapassar a União Soviética; os Estados Unidos oferecem para esse fim 500 bolsas para estudantes dos países da OTAN.
- 7 — fornecimento aos países membros da OTAN de combustíveis de propulsão nuclear e reatores para submarinos e para outras atividades militares, comprometendo-se para isso o governo norte-americano a obter a necessária autorização do Congresso dos Estados Unidos.
- 8 — fornecimento pelo governo dos Estados Unidos de informações especiais aos embaixadores de países membros da OTAN sempre que isto se tornar necessário.

## REUNIRAM-SE EM PARIS:

# MOVIMENTOS DA PAZ DOS PAÍSES MEMBROS DA OTAN

Por iniciativa do Comitê de Paz da República Federal Alemã, o Conselho Mundial da Paz convocou uma reunião em Paris dos Comitês Nacionais dos Movimentos da Paz dos países membros da OTAN. Revestiu-se de grande importância o fato de ter-se realizado em Paris essa reunião, a 1 de dezembro, na mesma capital europeia onde se iniciaria, 15 dias após, a sessão especial do Conselho da OTAN. Foi aprovado o seguinte «Apelo à Opinião Pública dos Países da OTAN»:

«Abrir-se-á em Paris, a 16 de dezembro, com a participação dos chefes de governos, uma sessão extraordinária do Conselho da OTAN.

«Nessa sessão serão feitas propostas que têm por objetivo constituir estoques de armas atômicas em nossos países, e de nelas instalar rampas de lançamento de foguetes, dando-se o poder de decisão para o emprego de tais armas ao comando supremo da OTAN. Esses projetos, se se realizassem, dariam à OTAN um significado novo: restringiriam consideravelmente a soberania de cada Estado sobre problemas de interesse vital, e agravariam a tensão internacional.

«Esse plano é apresentado num momento em que aviões carregados de armas nucleares sobrevoam sem cessar os céus da Europa, e encerra novos e imensos perigos. A paz do mundo ficaria à mercê de um incidente ou da menor provocação. Em caso de guerra, a Europa estaria destinada à destruição total.

«Nessas circunstâncias, os representantes dos Movimen-

tos da Paz dos Estados Europeus membros da OTAN dirigem-se à opinião pública de seus países.

«Os povos europeus não podem subscrever a sua própria destruição. Nenhum governo tem o direito de tomar tais compromissos sem o consentimento explícito dos Parlamentos e contra a vontade pacífica dos povos. Os progressos da ciência não devem servir de pretexto à aceleração da corrida aos armamentos atômicos.

«É preciso que a voz da opinião pública se levante para reclamar dos governos que atuem tendo em vista o alívio da tensão internacional. É preferível tomar em consideração qualquer proposta de limitação dos armamentos e de neutralização atômica do centro da Europa, admissível tanto pelo Leste como pelo Oeste, a transformar a Europa em arsenal atômico. Essa neutralização constituiria um primeiro passo para o desafogo.

«No momento em que os

êxito da ciência abrem aos homens perspectivas ilimitadas para a felicidade, e clamam à cooperação pacífica, os povos devem quebrar o ciclo infernal do rearmamento atômico.

«Chegou a hora para eles a fim de exigir de modo imperioso:

- a cessação imediata das explosões experimentais de armas termo-nucleares;
  - a interdição absoluta do emprego de tais armas;
  - o fim da política de blocos militares e o desarmamento geral, que continuam sendo os objetivos supremos de toda ação pela paz.
- «A consciência que cada um tem da gravidade do perigo deve hoje dar aos povos a força de impôr a paz.

«Paris, 1 de dezembro de 1957 — Os representantes dos movimentos da paz da Alemanha Federal, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda.

## O CONTEÚDO DAS MENSAGENS DE BULGANIN

Nas mensagens que dirigiu aos governos de vários países membros da OTAN, o marechal Bulganin começa por fazer uma rápida análise da atual situação internacional. «Nos últimos tempos», escreve, «o governo soviético fez um minucioso exame da situação internacional. Chama a atenção o fato de que, no momento atual, por iniciativa dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, se elaboram medidas com a finalidade de intensificar poderosamente os preparativos bélicos dos membros da união do Atlântico Norte. Em essência, tais medidas consistem em mobilizar todos os recursos dos estados signatários da OTAN, com o objetivo de incrementar a produção de armamentos e, em geral, a preparação da guerra. Toda essa atividade transcorre em um clima de nervosismo criado artificialmente, e de temor ante a imaginária «ameaça» de parte da U.R.S.S. Para esse fim se utilizam amplamente as alusões às últimas conquistas científicas e técnicas da U.R.S.S.»

Nicolai Bulganin indica que essas ações das potências ocidentais não propiciam o alívio da tensão internacional, nem correspondem aos interesses do fortalecimento da paz. «Em lugar de buscar os caminhos para chegar a um acordo de desarmamento, os Estados Unidos traçam planos para instalar bases com armas-foguetes nos territórios dos países europeus ocidentais, e os incitam a prosseguir na corrida armamentista».

«No entanto a realização desses planos de armazenamento de armas nucleares nos países do Ocidente europeu não podem reforçar a situação militar dos Estados Unidos, mas unicamente o perigo de irrupção de uma guerra. É duvidoso que os países europeus ocidentais estejam satisfeitos com uma situação que os obriga a sacrificar a sua independência a favor de planos estratégicos alheios a seus interesses nacionais. A criação de bases atômicas nos países da Europa Ocidental põe em perigo a segurança dos povos desses países. Os planos de entrega de armas nucleares aos aliados europeus dos Estados Unidos na OTAN não podem aguçar ainda mais a situação na Europa, que já é complexa».

Depois de refutar a falsa teoria das «guerras localizadas», Bulganin insiste em que a política de força e de guerra fria proclamada por determinados círculos do Ocidente coloca a humanidade ante a ameaça de uma nova guerra. «Para conseguir um desafogo na situação internacional é necessário renunciar aos intentos de resolver os problemas internacionais por meio da força, e colocar-se no caminho da coexistência pacífica».

Nicolai Bulganin passa então a propor várias medidas capazes de trazer uma melhoria à situação internacional. Tais medidas constam do quadro comparativo de propostas soviéticas e norte-americanas, que publicamos em outro local.

## Crônica Internacional

## REPERCUTEM NA REUNIAO DA OTAN AS PROPOSTAS DE BULGANIN

SÃO AINDA bastante incompletas, no momento em que escrevemos esta crônica, as informações sobre a sessão extraordinária do Conselho da Organização do Tratado do Atlântico Norte, presidida de fato por Eisenhower. A convocação dessa sessão obedeceu a intuições os mais belicosos, inscrevendo-se entre os resultados dela esperados pelo governo de Washington uma «declaração de interdependência» e a aceitação, por parte dos países europeus da OTAN, da instalação em seus territórios de bases para o lançamento de projéteis de alcance médio munidos de «ogivas nucleares», isto é, de bombas atômicas ou de hidrogênio. Ao mesmo tempo eram evidentes, ao iniciar-se a reunião, os sintomas de aguçamento das divergências existentes entre os membros da aliança atlântica, e de desprestígio dos Estados Unidos, após a revelação do avanço científico soviético, com o êxito dos «sputnik» e o fracasso do «vanguard».

Poucos dias antes de iniciar-se a sessão da OTAN, o marechal Bulganin, em nome do governo da União Soviética dirigiu aos governos dos principais países membros da organização, cartas contendo propostas concretas extremamente importantes, visando a eliminação da guerra fria e a realização de primeiros passos para um acordo geral de desarmamento.

Por mais que os imperialistas norte-americanos e seus aliados procurassem minimizar a importância das cartas de Bulganin, afirmando mesmo que elas não seriam objeto de qualquer consideração «por nada conterem de novo e não constarem da ordem do dia», o que se verificou foi exatamente o contrário: as propostas de Bulganin repercutiram nos trabalhos da OTAN desde o primeiro dia, influenciando poderosamente no desenrolar dos mesmos.

Já alguns dias antes, o estadista norte-americano Aida Stevenson, dirigente do Partido Democrático e ex-candidato à presidência dos Estados Unidos, se manifestara favoravelmente ao exame das possibilidades de um acordo, contidas nas propostas soviéticas.

Não contavam no entanto os norte-americanos encontrar na sessão extraordinária da OTAN uma posição tão definida como a do primeiro-ministro da Noruega, Einar Gerhardsen: «A Noruega não cogita de modo algum do armazenamento de armas atômicas em seu território, nem da instalação de bases para o lançamento de foguetes balísticos de alcance intermediário... A idéia de estabelecer na Europa uma zona onde as forças do Ocidente e

do Oriente fôsssem reduzidas, com o objetivo de diminuir a tensão internacional, merece um estudo cuidadoso». Depois dessa clara referência a uma das propostas de Bulganin, o primeiro-ministro norueguês, apoiado pelo chefe do governo da Dinamarca, declarou que a seu ver devem ser adiadas as discussões sobre o problema das bases para lançamento de foguetes, e que antes disso «dever-se-ia dar ao governo russo a oportunidade de provar a sua boa vontade de participar de conversações sérias sobre a situação internacional».

A surpresa maior nesse primeiro dia de trabalhos da sessão da OTAN deve ter sido, no entanto, a atitude de Adenauer. O velho político ultra-reacionário da Alemanha Ocidental mostrou-se reticente sobre a proposta norte-americana de instalação de bases para foguetes atômicos, e sugeriu o adiamento de qualquer decisão para a próxima reunião ordinária do Conselho da organização, em março vindouro, recomendando também um estudo mais aprofundado das propostas de Bulganin. A atitude de Adenauer reflete a forte e crescente oposição da opinião pública alemã aos planos de transformação do país em base nuclear norte-americana. Ainda há poucos dias, 14 novos cientistas vieram juntar-se, em declaração pública, aos 18 sábios alemães que haviam protestado anteriormente contra tais planos. O movimento da paz da Alemanha Ocidental tem conduzido com êxito uma campanha bastante ampla no mesmo sentido, e são bastante conhecidas as posições dos social-democratas e das igrejas protestantes, igualmente contrárias à remilitarização do país e à estocagem de armas nucleares em território alemão.

A repercussão das cartas de Bulganin foi tão forte e evidente que o sr. Spaak, secretário-geral da OTAN, declarou à imprensa que o comunicado final da reunião constituiria resposta «indireta» às mesmas.

Mantendo elevada a vigilância contra os planos belicistas, as forças da paz vêm assim ainda mais reforçadas as imensas possibilidades existentes, nas atuais condições do mundo, para impedir a guerra e impor o alívio da tensão internacional e a coexistência pacífica. Um balanço completo dos resultados desse conclave das potências imperialistas só poderá ser feito após o conhecimento do comunicado final e de maiores detalhes sobre os pontos de vista defendidos pelas diferentes delegações, sobre as divergências havidas e os esforços, concessões e compromissos realizados para superá-las.

## BOAS FESTAS E FELIZ ANO NOVO

VOZ OPERÁRIA deseja a todos os seus leitores, assinantes, agentes e distribuidores, boas festas e feliz Ano Novo.

A DIREÇÃO

## Alistamento em Massa, Chave da Vitória em 1958

Foi promulgada a lei que prorroga o alistamento por mais seis meses. Até 30 de junho de 1958 deverão os antigos eleitores renovar os seus títulos ou inscrever-se os novos eleitores. Ao mesmo tempo, a nova lei contém dispositivos que facilitarão o alistamento das massas populares. Pelo regime anterior, o cidadão estava obrigado a escrever de próprio punho, em cartório, o requerimento de inscrição. Isso dificultava o alistamento, porque a maioria dos brasileiros que sabem ler têm dificuldades de escrita, especialmente agravadas pelas condições em que tinha de ser redigido o requerimento.

A nova lei estabelece uma fórmula impressa com alguns dados que serão preenchidos pelo requerente: nome, estado civil, profissão, domicílio. No caso de eleitores antigos, que tenham extravariado os seus títulos, haverá também um modelo impresso a ser preenchido: será um requerimento para que seja aproveitado o antigo processo de qualificação, o que também facilitará o alistamento.

Além dessas inovações, a recente lei permite a designação de juizes preparadores, que serão escolhidos entre os cidadãos indicados pelos partidos, em todo o país, para processar o alistamento nos lugares onde não houver juizes eleitorais.

Segundo os dados mais recentes, no Superior Tribunal Eleitoral, o alistamento ainda não atingiu a 50% do anterior eleitorado em todo o país. Há Estados em que a

situação é alarmante, não tendo sido atingido um terço do antigo corpo eleitoral. E a situação é ainda mais grave, do ponto de vista democrático, se levarmos em conta que têm sido precisamente os trabalhadores, anteriormente alistados ex-officio, os mais atingidos pelas restrições que até aqui impediram a renovação do eleitorado.

Mas não somente as restrições legais contribuíram para os baixos índices de alistamento. Outros fatores se fizeram sentir, especialmente a expectativa na nova lei com a prorrogação do prazo e as facilidades anunciadas durante o debate no Congresso.

Há, entretanto, um fator de atraso do alistamento, que deve merecer toda a atenção: a falta de trabalho das forças políticas mais interessadas no alistamento e, especialmente, o pouco esforço e êle dedicado pelos comunistas.

Em pleitos anteriores, os comunistas brasileiros dedicaram-se parcialmente e sempre à última hora, ao trabalho eleitoral. Isso decorria da própria essência da sua linha política geral. Daí não terem experiência acumulada dessa atividade e em particular do árduo e paciente trabalho de alistamento das massas populares.

Outra é, entretanto, a sua linha política atual e o seu ponto de vista sobre as possibilidades de mudanças políticas através dos pleitos eleitorais. Se estão convencidos de que é possível alterar a composição do Congresso e das Câmaras legislativas de todo

o país, através de uma frente única patriótica e progressista, o que abrirá o caminho para a vitória em 1960 de um governo capaz de conduzir uma política independente, — os comunistas brasileiros devem, em consequência, compreender que isso somente será realidade se as amplas massas de nosso povo comparecerem às urnas, para derrotar através do voto os entreguistas e reacionários. E para que ocorra esse comparecimento é necessário, é inadiável, que seja travada realmente a batalha do alistamento.

Tarefa penosa, que exige organização, persistência, trabalho continuado e silencioso, tarefa miúda, como por tantos é encarada, o alistamento em massa do povo brasileiro constitui hoje a tarefa de honra, a decisiva, de todos os elementos conscientes que formam na vanguarda da classe operária e do povo.

Ao entrarmos no ano de 1958, com o ânimo de conquistar com o nosso povo uma imensa vitória política, precisamos estar convencidos, — e por isso mesmo capazes de transmitir essa convicção, — de que não mais pode haver comunista digno dessa condição sem o seu plano detalhado de trabalho de alistamento. Na superação de todos os planos, em todo o país, à custa de abnegação, entusiasmo, capacidade de iniciativa e de organização, está a chave da vitória da frente única nacionalista, democrática e progressista nas eleições de outubro de 1958.

A questão das vantagens das relações econômicas com os países socialistas pode ser encarada no Brasil sem a necessidade de recorrer exclusivamente à exemplificação com fatos ocorridos longe de nós. Está claro que não podem deixar de impressionar aos mais variados círculos do povo brasileiro as notícias, que nos chegam, sobre o tipo de ajuda econômica, que a União Soviética vem prestando à Índia, Egito e Síria. Enquanto os Estados Unidos nos fazem empréstimos a juros de 4%, prazos desvantajosos, com

a obrigação de gastar o crédito nos mesmos Estados Unidos e com a contrapartida de imposições políticas, a União Soviética vem fazendo empréstimos a juros de 2,5%, com prazos dilatados e sem imposições de qualquer ordem. Entretanto, além de tudo isto, as vantagens das relações com os países socialistas podem ser vistas mais de perto.

Podem ser vistas no exemplo das nossas relações já existentes com a Polônia. Em outubro de 1956, comprometeu-se aquele país socialista

a fornecer ao Brasil 72 mil toneladas de trilhos, no valor aproximado de 10 milhões de dólares. A Polônia vem realizando os seus compromissos antes dos prazos estipulados, devendo fazer entrega dos últimos trilhos até fins de fevereiro próximo.

Recentemente, porém, abriu o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico uma concorrência para a compra de 300 mil toneladas de trilhos e acessórios. Participando da concorrência pública, ao lado de firmas dos Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental, a Polônia saiu vencedora, dada a qualidade do material e dos baixos preços, que oferece.

Não podendo fornecer no prazo estipulado as 300 mil toneladas de trilhos, comprometeu-se o governo polonês a entregar 107.380 toneladas, no valor de 17.090.582 dólares, equivalentes a cerca de 880 milhões de cruzeiros (o restante da encomenda coube a firmas japonesas). O contrato entre representantes da República Democrática Popular da Polónia e do BNDE já foi assinado, constituindo a maior compra de trilhos já efetuada pelo Brasil.

A assinatura desse contrato deverá ampliar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Polónia. Esta receberá em dólares o pagamento pelos trilhos e poderá aumentar a importação de produtos brasileiros como minérios de ferro, café, cacáu, algodão, eleagnos, etc.

Se com a Polónia podemos manter tão excelentes relações de compra e venda, como avaliar então o intercâmbio comercial com a União Soviética e a China Popular?

Diante de fatos tão evidentes, como admitir que prossiga a política exterior dos srs. Macedo Soares e Barbosa da Silva?

## DOCTRINA DE GUERRA E DE SUBMISSÃO COLONIAL

No mesmo dia em que se iniciavam os trabalhos da sessão da OTAN, o presidente do Peru, dizendo-se autorizado a falar em nome «da maioria dos países latino-americanos», propunha oficialmente aos países membros da aliança do Atlântico Norte a aprovação da «doutrina» a qual ele dá o seu próprio nome: «doutrina Prado». Segundo ela, todos os países latino-americanos, através da OEA — Organização dos Estados Americanos, deveriam ser «mais diretamente» incluídos no bloco militar da OTAN. Ficaria assim estabelecida claramente uma estreita ligação entre o Tratado do Rio de Janeiro e o Tratado do Atlântico Norte já muitas vezes insinuada pelos imperialistas norte-americanos e seus agentes.

A «doutrina Prado», como agora se tornou público, foi objeto de conversações especiais entre o presidente do Peru e o chanceler Macedo Soares, por ocasião da visita deste último àquele país. Não foi por acaso que o sr. Macedo Soares, logo após o regresso dessa viagem, declarou à imprensa que era provável a entrada do Brasil para a OTAN, «caso fosse convidado».

O desmentido oficial do Itamarati à interpretação dada pela imprensa a essas declarações constitui na realidade uma confirmação.

Impõe-se uma enérgica e imediata reação de todas as forças nacionalistas e populares contra esse plano sinistro. A entrada do Brasil para a OTAN constituiria novo e poderoso obstáculo ao estabelecimento de relações com os países socialistas e a uma mudança positiva em nossa política externa e interna. O Sr. Macedo Soares fez suas declarações como quem lança um balão de ensaio, para ver quais as reações. A opinião pública brasileira já começa a erguer o seu protesto. Seria inadmissível aceitar tamanho retrocesso na evolução política do país.

## Novos Pronunciamentos Pela Liberdade de Prestes

Sucedem-se em todo o país os pronunciamentos de Câmaras Municipais, parlamentares, líderes políticos de diversos partidos, personalidades de relevo nos mais diversos setores da vida nacional, em favor da revogação da prisão preventiva decretada contra Prestes e pelo reconhecimento do seu legítimo direito ao convívio de sua família, de seus amigos e do povo.

### DESIGNADOS PELA CÂMARA DE SÃO PAULO PARA COLABORAR NA DEFESA DE PRESTES

Em virtude de requerimento assinado pela maioria da Câmara Municipal de São Paulo, foram por esta designados os vereadores José Aranha e André Nunes Junior, que são destacados advogados no foro paulista, para colaborar com a equipe de juristas incumbida da defesa judicial de Luiz Carlos Prestes. A decisão da Câmara foi comunicada aos advogados de Prestes pelo presidente Elias Chamas e constitui uma expressão do interesse do povo da capital paulista pela liberdade de Prestes.

### MOÇÃO UNÂNIME DA CÂMARA DE NITERÓI

Apresentada por nove vereadores e encabeçada pelo vereador Zélio Coutinho foi aprovada unanimemente a seguinte moção da Câmara Municipal de Niterói:

«Considerando que a Constituição da República e a Carta das Nações Unidas, que o Brasil assinou, asseguram a liberdade de associação política e determinam que ninguém será privado de qualquer de seus direitos por motivo de convicções religiosas, filosóficas e políticas;

Considerando que, no entanto, centenas de brasileiros se vêem impedidos do exercício dos seus direitos políticos, por medidas que, evidentemente, atentam aos princípios democráticos referidos.

A Câmara Municipal de Niterói expressa seus sentimentos e esperanças de que, em respeito à constituição pátria e aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil, cessem imediatamente as restrições às liberdades do Sr. Luiz Carlos Prestes e outros, bem como que seja reconhecida a legalidade do Partido Comunista do Brasil.»

Em declarações à imprensa de Culabá, o senador ude-

nista João Vilasboas manifestou-se pelo reconhecimento

### MANIFESTAM-SE CÂMARAS MUNICIPAIS, PARLAMENTARES E PERSONALIDADES DE PRESTÍGIO EM TODO O PAÍS

#### PRONUNCIAMENTO DO SENADOR VILASBOAS

to de todas as garantias constitucionais, a fim de que Prestes possa defender-se nos processos contra ele instaurados.

«Brasileiro do mais alto valor moral e intelectual, cujo crime se reduz à divulgação de manifestos contendo a exposição de ideologia filosófica e política, não pode ser êle molestado por ato de prisão porque esta caracterizaria uma inominável violência em face do preceito do § 8º do art. 141 da Constituição, que declara que por tais motivos ninguém será privado de nenhum dos seus direitos. A sua prisão seria uma ilegalidade, concretizando indefensável violência».

Também fizeram incisivas declarações em favor da liberdade de Prestes os deputados estaduais Acioli Ramos, do Pará, Evandro Sarney Costa, do Maranhão, Wilson Dias de Pinho, do Mato Grosso, e o vereador Jerônimo Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Presidente Epitácio.

#### SIMPATIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Em sessão realizada a 5 do corrente, a Câmara Municipal de Campinas aprovou uma moção de simpatia ao cidadão Luiz Carlos Prestes fazendo votos para que possa passar o Natal com sua filha Anita Leocádia.

#### DA CÂMARA DE MARTINÓPOLIS

Por proposta do vereador Paulo Rodrigues Pinto, a Câmara Municipal de Martinópolis, Estado de São Paulo, aprovou moção de solidariedade a Prestes. Justificando a sua proposição, afirmou o vereador Rodrigues Pinto: «Embora não seja partidário de Luiz Carlos Prestes, não podia conceber a idéia de que, por motivos políticos, fosse alguém condenado ou perseguido».

#### DA CÂMARA DE ITARIRI

A Câmara Municipal de Itariri, no Estado de S. Paulo por unanimidade aprovou a moção de solidariedade a Prestes, apresentada pelo vereador José Matias. Em consequência, a Câmara oficiou ao juiz Mourjardim Filho, manifestando o desejo de que seja revogada a prisão preventiva decretada pela Justiça Criminal.

## UM GRANDE ARTISTA DO POVO BRASILEIRO

NO DIA 15 último, completou cinquenta anos de existência o grande arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. O fato deu motivo a expressivas e justas homenagens dos círculos sociais e artísticos a um homem, que é um grande artista do povo brasileiro, com uma posição das mais destacadas no plano internacional.



OSCAR NIEMEYER

Oscar Niemeyer é um dos melhores representantes da moderna arquitetura brasileira. Faz parte da equipe de projetistas e construtores que soube assimilar as conquistas mais avançadas da técnica moderna e criar um estilo próprio, adaptado às condições do país, aos seus gostos e tendências, combinando habilmente as exigências funcionais com a beleza de concepção. A nova arquitetura brasileira já tem um grande acervo de realizações e o seu prestígio mundial se eleva sem cessar. A glória da arquitetura brasileira estão ligados principalmente os nomes de Lúcio Costa, o pioneiro e mestre de uma geração, e de Oscar Niemeyer, o seu discípulo mais talentoso e também companheiro de criação artística.

Niemeyer é um realizador incansável, de extraordinária imaginação. Os edifícios públicos e residenciais, os conjuntos arquitetônicos, que projetou, se erguem em diversas cidades brasileiras e em algumas das mais importantes capitais do estrangeiro. Ao mesmo tempo, Oscar Niemeyer é um homem de espírito avançado, que, juntamente com as melhores forças do povo brasileiro, apoia a causa da paz, do progresso e da democracia.

#### FELICITAÇÕES DO P.C.B. A OSCAR NIEMEYER

Por motivo da passagem do aniversário de Oscar Niemeyer, o Comitê Central do Partido Comunista lhe enviou a seguinte saudação:

«A Oscar Niemeyer, O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, ao ensejo do transcurso de seu 50 aniversário natalício, envia ao patriota esclarecido e artista mundialmente conhecido e glória do Brasil felicitações afetuosas. Auguramos-lhe muita saúde e êxitos crescentes em sua atividade artística.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1957  
O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil».

# PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## Para a Conquista da Democracia e Melhoria das Condições de Vida do Povo Português

### O Partido Comunista, Herdeiro Das Melhores Tradições do Nosso Povo

AS REVOLUÇÕES de 1888-89, de 1910 e a revolução liberal de 1926 são marcos gloriosos da História Pátria, que bem atestam o amor do povo português a uma vida livre e independente e que constituem tradições de luta vitoriosa das forças progressivas nacionais. A Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910, representou um importante passo em frente para a Democracia. No entanto, porque não realizou profundas reformas económicas de conteúdo democrático e nacional tendentes a terminar com os restos do feudalismo em Portugal e a arrancar das mãos da burguesia reaccionária as posições económicas preponderantes que esta mantinha, continuou a subsistir no País uma repartição muito desigual da riqueza nacional entre as várias camadas da população e a pesada tutela do imperialismo estrangeiro continuou a entrar o desenvolvimento e a independência da Nação. Foram estes fatores e a inexistência de um forte partido da classe operária, classe que então se encontrava dividida numa luta de ideologias, que permitiram à grande burguesia reaccionária — apoiada pelo imperialismo estrangeiro e pelo Vaticano — mais facilmente estabelecer em Portugal, depois de várias tentativas abortadas anteriormente, a ditadura do grande capital monopolista, em maio de 1926, mantendo até hoje o povo português sob a governação dum regime ditatorial e fascista.

A burguesia monopolista é constituída por algumas dezenas de famílias de banqueiros, grandes industriais e latifundiários, é uma classe parasitária e estranha aos interesses nacionais.

Os interesses económicos e ideais políticos dessa grande burguesia coincidem com os planos dos piores inimigos da paz e da independência dos povos — particularmente com os dos círculos imperialistas dos Estados Unidos — pois tanto a burguesia monopolista portuguesa como os imperialistas estrangeiros estão igualmente empenhados na exploração ao máximo das massas trabalhadoras do País e das colónias e no estrangulamento de todas as liberdades populares.

O governo de Salazar que se mantém no Poder ilegalmente e pela violência, representa e defende os interesses da grande burguesia reaccionária e dos monopólios nacionais e estrangeiros, sendo, por isso mesmo, uma força antinacional.

Ao servir os interesses dum punhado de monopolistas e de aventureiros reaccionários, o governo de Salazar esmaga e calca os interesses das classes trabalhadoras. A burguesia nacional sente cada vez maiores dificuldades em desenvolver as suas atividades, é positivamente abufada pelos monopólios todo-poderosos.

Servindo o povo e o país, o Partido Comunista Português considera que na atualidade é possível solucionar o problema político português num sentido democrático, sem necessidade de luta armada, por meios pacíficos. Para se conseguir tal solução é imprescindível que se ponham de acôrdo as forças políticas e sociais democráticas e anti-salazaristas, de esquerda e de direita.

Evitar mais violências, mais ódios e mais perseguições da ditadura salazarista, evitar uma luta sangrenta entre portugueses, depende da ação dos comunistas, da classe operária e das massas populares. Depende também da ação de alguns setores da burguesia nacional que durante muito tempo julgaram que Salazar defendia os seus interesses, mas hoje verificam que ele e o seu governo são agentes de um punhado de monopolistas e do capital estrangeiro cujos interesses defendem. Se estes setores da burguesia compreenderem a situação e, para defesa dos seus próprios interesses, unirem os seus esforços aos das massas populares, e lutarem também pela substituição da camarilha salazarista no governo da Nação, o caminho que conduz à democracia e à independência será menos doloroso. Se no nosso país se realizar uma ampla frente nacional anti-salazarista de luta pela mudança de regime, torna-se absolutamente possível fazê-lo sem guerra civil.

Somente após o afastamento da governação do País da minoria opressora e violentadora da opinião pública se poderá ir para a formação dum Governo Democrático de Unidade Nacional, representativo de todas as correntes da oposição existentes no país, cabendo a esse Governo restabelecer em Portugal as liberdades democráticas fundamentais e ouvir a voz do povo através de eleições livres.

O Partido Comunista Português, considerando importante que após o afastamento da ditadura salazarista do poder seja formado um Governo Democrático de Unidade Nacional, não deixará, contudo, de apoiar condicionalmente um governo de homens honrados que, substituindo a camarilha salazarista no Poder, se proponha restabelecer as liberdades fundamentais, reconhecer aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral e respeitar a voz do povo através de eleições livres.

O estabelecimento de uma Constituição verdadeiramente democrática e o cumprimento dos seus princípios pelos governos que ocuparem o Poder, ajudar a garantir a liberdade e a independência nacional e a vencer ao país pela grande burguesia monopolista e semi-feudal.

O Partido Comunista Português, vanguarda da classe operária e principal força combativa do povo português, que se guia na sua atividade pela doutrina marxista-leninista e mantém vivos os princípios do internacionalismo proletário, guarda fidelidade às tradições revolucionárias da classe operária portuguesa e continua a desenvolver as tradições progressivas do nosso povo.

O Partido Comunista luta desde a sua formação, em 1921, em defesa dos interesses vitais das classes trabalhadoras, por um Portugal democrático, próspero, livre e independente. Na luta por estes objetivos, o Partido Comunista tem-se esforçado sempre por conseguir a aliança fraternal da classe operária com o campesinato e com as classes médias, assim

como por alcançar a unidade de todos os partidos e correntes em oposição ao regime salazarista.

O Partido Comunista combate inflexivelmente a política do governo de Salazar de preparação intensiva para a guerra e de submissão aos imperialistas estrangeiros.

O Partido Comunista português tem por objetivo supremo a instauração do regime socialista e a construção da sociedade comunista em Portugal. A instauração do socialismo significará o termo das crises e do desemprego e representará a libertação do nosso povo de toda a exploração do homem pelo homem, com todo o seu cortejo de misérias e horrores. Na situação presente, não são possíveis tais transformações socialistas, mas é absolutamente possível substituir o atual governo fascista de Salazar por um governo democrático na base da unidade de todas as forças democráticas e anti-salazaristas, capaz de assegurar desde logo a satisfação das mais prementes reivindicações económicas, políticas e sociais das massas trabalhadoras e do nosso povo.

Partido destas realidades, o Partido Comunista Português apresenta o seu programa imediato para uma melhoria das condições de vida do povo português.

## II

### A SITUAÇÃO DO PAÍS E DO POVO

PORTUGAL dispõe dum solo e dum sub-solo que não são pobres, possui grandes reservas energéticas e tem grandes possibilidades de desenvolvimento industrial e agrícola. É bem conhecida a fertilidade de grandes manchas do solo nacional e as suas riquezas minerais que colocam Portugal num lugar destacado na Europa Ocidental na produção do estanho, volfrâmio, pirites, tungstênio, ouro, manganês etc. Calcula-se que os jazigos de urânio, localizados nas Beiras, sejam dos maiores da Europa. As reservas de minério de ferro são também relativamente importantes. O potencial hidro-elétrico de Portugal coloca as suas disponibilidades ao nível das grandes potências industriais, como a França, a Alemanha e a Itália. No entanto, grande parte do solo nacional pertence a um número limitado de portugueses que o mantêm improdutivo, as riquezas minerais estão monopolizadas por grandes trusts estrangeiros que escondem ao povo português a importância dessas riquezas, e pouco mais de uma sexta parte do potencial hidro-elétrico do País está a ser aproveitado.

Por outro lado, os imperialistas estrangeiros, impedindo a criação e o florescimento de indústrias básicas ou colocando-as sob a sua dependência, como, por exemplo, a siderurgia, por serem os donos dos principais jazigos de minério existentes no nosso país, ou porque são, no momento presente, os fornecedores exclusivos de matérias primas às indústrias transformadoras nacionais e de máquinas, têm travado e travam efetivamente a independência económica e política de Portugal.

O conveniente aproveitamento das riquezas nacionais e de trabalho do nosso povo poderá assegurar a este uma vida desafogada e colocar Portugal entre as nações industriais e progressivas e evitar, desta forma, que continue a figurar entre os «países atrasados e sub-desenvolvidos». Na verdade, o país está mergulhado num grande atraso industrial e agrícola e é baixíssimo o nível de vida da população.

O prolongamento até aos nossos dias de formas semi-feudais da divisão e da exploração da propriedade agrícola e a consequente existência no país de uma grande burguesia agrária semi-feudal, aliados à pesada tutela imperialista estrangeira — primeiro os ingleses, agora principalmente os americanos — travaram o desenvolvimento económico de Portugal e facilitaram a agiotagem da banca e a ação no país de aventureiros políticos e da reação interna e externa.

O rendimento nacional, por habitante e por ano, coloca Portugal abaixo da quase totalidade dos países da Europa e ao nível de países atrasados como a Síria, Grécia, a Turquia etc. Além disso, o rendimento nacional, tomando como referência o ano de 1938, e a preços constantes, era inferior, doze anos depois, em 1950, cerca de um milhão e 500 mil contos. A repartição do produto líquido do rendimento nacional é manifestamente defeituosa, evidencia uma tremenda exploração das classes trabalhadoras.

As principais atividades industriais e agrícolas do país encontram-se na sua quase totalidade em grande atraso, não tanto por falta de iniciativa da burguesia nacional, mas sim porque essas atividades são estranguladas à nascença pelos monopólios nacionais e estrangeiros, pela discriminação comercial imposta pelos imperialistas americanos, pela usura do capital bancário, pelos impostos sempre em progressão e pelo corte de forças da organização corporativa.

Os Grêmios e outras organizações corporativas, com uma burocracia enorme, emperradora e cara travam as iniciativas da indústria, agravam consideravelmente os preços de custo da produção, asfixiam a indústria não monopolista, lenta e seguramente. A recente criação das Corporações visa sancionar e reforçar as coligações monopolistas e reduzir o papel que os Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e Casas dos Pescadores e também as associações — industriais, agrícolas e comerciais — representam na defesa dos interesses dos seus associados. Este conjunto de circunstâncias provoca o maior marasmo industrial e comercial, é também causa do desemprego crescente.

A atual situação económica e política do País é caracterizada, fundamentalmente, pelo domínio dos imperialistas norte-americanos sobre todos os aspectos da vida portuguesa

e pela intensificação dos preparativos militares que agravam a crise económica nacional.

As principais riquezas do país estão a ser pilhadas pelos imperialistas norte-americanos. A penetração crescente do capital financeiro norte-americano no País e nas Colónias, a saída para fora do país de avultadas somas provenientes dos lucros arrancados ao trabalho do povo português e dos povos coloniais, agravam as condições de vida destes povos.

A economia nacional é comandada dos Estados Unidos através dos organismos que se sucederam ao Plano Marshall e dos representantes do governo americano em Portugal. Por isso, Portugal vê baixar constantemente a produtividade na agricultura, deixa de produzir o que podia, é transformado em exportador de matérias primas a preços cada vez mais baixos e importador de mercadorias, muitas delas desnecessárias, a preços elevados, e vê aumentar assustadoramente o déficit da balança comercial. O interesse do imperialismo é oposto ao interesse nacional de desenvolvimento das nossas indústrias e da nossa agricultura. As forças armadas da Nação estão praticamente sob as ordens dos generais norte-americanos e ingleses, através dos variados organismos do Pacto do Atlântico.

Partes do território nacional, como a base aérea das Lajes, nos Açores, foram cedidas aos norte-americanos e outras bases, como Santa Margarida, Montijo, Tancos, Ota etc., foram colocadas praticamente sob a direção efetiva de oficiais estrangeiros. As despesas militares impostas ao país, por intermédio do Pacto do Atlântico, absorvem à volta de 30 por cento de toda a despesa orçamentada do Estado e representam uma sangria permanente na economia da Nação, são um dos principais fatores do agravamento da crise em que Portugal se debate.

Ao ligar Portugal ao Pacto do Atlântico o governo de Salazar fez alinhar toda a sua política interna e externa por esse Pacto e pretende colocar incondicionalmente o nosso país ao lado dos Estados Unidos em caso de guerra.

Esta subordinação económica, política e militar do governo salazarista aos imperialistas norte-americanos põe em perigo a independência e soberania nacionais, a vida pacífica e o património cultural e artístico do País.

A classe operária é vítima da mais brutal exploração. Incitado pelos norte-americanos e apoiado pelo governo de Salazar, o patronato monopolista entrou nas grandes empresas industriais a intensificar por forma desumana a exploração da classe operária. A «campanha da produtividade» — que é apenas fonte de lucros máximos para o patronato e que hoje não é conduzida em benefício das classes trabalhadoras e do povo — acentua cada vez mais a desumana exploração das classes laboriosas, faz aumentar o desemprego e baixar ainda mais os salários.

A política de baixos salários, a dependência dos Sindicatos do Ministério das Corporações, a maioria dos quais com Comissões Administrativas e direções impostas à classe operária pelo Governo, a proibição do direito à greve, são instrumentos de exploração e violência impostos pelo regime fascista aos trabalhadores.

Os serviços Médicos-Sociais das Caixas de Previdência não preenchem as necessidades mínimas de assistência médica, hospitalar e farmacêutica das classes trabalhadoras e, para os operários agrícolas, não existem mesmo. Uma boa parte dos fundos das Caixas de Previdência são desviados pelo Governo para financiar grandes empresas capitalistas. A assistência na velhice e no desemprego não passa de promessas demagógicas e de uma burla grosseira dos governantes fascistas, sendo os fundos do Comissariado do Desemprego destinados a tudo menos a socorrer os desempregados.

Gastando milhões de contos com a construção de quartéis, de bases militares, compra de armamentos e manutenção de forças militares desnecessárias, o Governo não resolve o angustioso problema da habitação para as classes trabalhadoras, criando a centenas de milhares de famílias operárias e camponesas situações aflitivas e degradantes.

Centenas de milhares de operários agrícolas ganham salários de fome e debatem-se a maior parte do ano com terríveis crises de desemprego, só conseguindo melhoras jornas e trabalho após lutas contínuas e enfrentando a feroz repressão salazarista.

Cresce a proletarianização nos campos. Em dez anos, o número de assalariados aumentou de 300 mil, existindo em 1950 mais de 860 mil assalariados rurais que não têm um palmo de terra onde deitar uma semente, enquanto à sua vista se estendem herdades com milhares de hectares por cultivar, propriedade dos monopolistas da terra, os grandes agrários fascistas.

Os camponeses pobres e médios trabalham desesperadamente para não perderem as terras que herdaram, para não hipotecarem nem venderem essas terras, que mal ou deficitariamente lhes asseguram a existência, esmagados como estão pelos impostos, pelos Grêmios e restante organização corporativa, devorados pela usura e sem qualquer auxílio técnico ou financeiro por parte do Estado, e sem que lhes sejam pagos preços compensadores pelos produtos da terra, como os casos do trigo, da batata, do vinho etc., o que apressa ainda mais a sua ruína.

Os rendeiros, foreiros e parceiros trabalham intensamente para conseguirem arranjar, ao fim de cada ano, as rendas, os foros e partes que têm de entregar aos monopolistas da terra, que nada fazem.

Os próprios camponeses ricos são prejudicados cada vez mais nos seus interesses pela ação do Governo que tem em vista servir apenas os interesses dos grandes proprietários monopolistas da terra.

O Governo salazarista é o principal responsável da crise em que a agricultura nacional se debate há anos.

Na maioria das aldeias portuguesas, votadas ao abandono pelo Governo de Salazar e autoridades salazaristas, falta quase tudo: habitação condigna, caminhos, água, luz, assistência médica, hospitalar e farmacêutica, escolas etc., etc.

A intelectualidade debate-se com a falta de liberdade de criação artística e literária, com a falta de liberdade na investigação científica e com a falta de proteção e estímulo aos

CONTINUA NA 5ª PAG.

# PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Continuação da 4ª Pág.)

trabalhadores intelectuais e desemprego e a insegurança do amanhã. A intelectualidade progressiva é perseguida pelo regime salazarista. As limitações impostas nas relações internacionais da intelectualidade portuguesa afetam o progresso cultural e científico da Nação.

O Governo impede a livre expressão do pensamento com a censura e a PIDE, rebaixa o nível da imprensa, trava a atividade científica dos maiores valores da ciência portuguesa, recusando-lhes meios apropriados de investigação, forçando-os assim a emigrar para o estrangeiro ou a abandonar as atividades científicas e a procurar outro modo de vida.

As atividades científicas e a procura de outro modo de vida. Ao professorado é imposta a obediência política ao Governo, através de programas e ação educativa. O professorado é privado de meios independentes e apropriados de ensino e vive criada uma situação econômica degradante, em particular dos professores do ensino primário.

O fascismo procura manter as massas populares mergulhadas no obscurantismo e, por isso, não fomenta a cultura nem constrói as escolas necessárias. Num espaço de 25 anos, enquanto o número de alunos matriculados do ensino primário aumentou em mais de 125 por cento, o número de professores aumentou somente de 64,4 por cento! O Governo não fomenta o desenvolvimento cultural e artístico da Nação, ao mesmo tempo que a submete à influência cultural e ideológica dos imperialistas norte-americanos, através do cinema, da imprensa, literatura, rádio etc., desviando assim a nossa cultura das suas ricas tradições nacionais e corrompendo certas camadas do nosso povo.

O Teatro debate-se numa crise angustiante, sem ajuda eficiente do Estado, aperreado e mutilado pela censura prévia. A produção cinematográfica nacional é praticamente inexistente. Os nossos mais talentosos realizadores e artistas ou emigram por falta de estímulo e de recursos financeiros, ou emigram para o estrangeiro em busca de ambiente mais favorável para o desenvolvimento e aproveitamento da sua capacidade criadora.

As bibliotecas são poucas e das existentes o Estado não cuida devidamente da sua instalação e recheio, nem se preocupa em adequar o seu funcionamento às necessidades do grande público. Em 1954, a verba concedida a todas as Bibliotecas e Arquivos do Estado somava 3.210 contos, isto é, cerca da sexta parte da verba concedida no mesmo ano à PIDE!

Além de não proteger o desporto, o governo salazarista aproveitava-se dele como fonte de receita, o que obriga os clubes a aumentar as cotas dos seus associados, e o preço dos bilhetes para os espetáculos desportivos sobe sempre. Além disso, o governo não concedendo aos desportistas portugueses o necessário auxílio para o seu desenvolvimento físico e limitando a participação destes em competições internacionais, priva o desporto nacional dos benefícios que daí resultariam.

O regime salazarista tem agravado a situação da mulher trabalhadora, fomentando e sancionando a diferenciação de salários segundo o sexo, embora em trabalho igual.

As mulheres portuguesas encontram-se na sua quase totalidade privadas de direitos políticos e numa situação de manifesta inferioridade, em relação ao homem, perante a lei e a família.

A grande maioria das mulheres trabalhadoras, sobretudo as camponesas, não têm assistência médica no parto. A falta de assistência à maternidade e à infância faz com que as taxas de mortalidade infantil sejam em Portugal 3 a 3,5 vezes superiores às de outros países da Europa e mesmo superiores às de regiões atrasadas como a Malásia.

A degradação da mulher com a prostituição é fomentada e facilitada através do desemprego, do baixo nível de vida e da corrupção impune da grande burguesia.

A juventude trabalhadora é a principal vítima do grande patronato e encontra-se privada de direitos sindicais pelo fascismo. A diferenciação de salários e jornadas, a exploração de mão de obra infantil, o desprezo total pelo desenvolvimento físico e cultural das massas juvenis, a perseguição e prisão dos jovens mais progressivos que defendem os interesses próprios da juventude, caracterizam toda a política reacionária da minoria governante em relação à juventude.

A grande massa da juventude não pode estudar porque encontra pela frente a barreira das propinas, do alojamento e alimentação caras a dificultar-lhes o acesso ao ensino secundário e superior, e o Governo entrava os seus direitos associativos e as suas relações fraternais com a juventude de outros países.

Os jovens que terminam os seus cursos encontram pela frente o desemprego e mil dificuldades, tendo muitos deles de abandonar a sua profissão e procurar outro modo de vida.

O fascismo agravou consideravelmente a exploração da juventude trabalhadora, torna-lhes mais incerto o dia de amanhã e mais difícil a satisfação do seu direito à constituição de um lar feliz.

A juventude ama a paz e o Governo procura arrastá-la para uma futura guerra como carne de canhão, ao mesmo tempo que a procura corromper, tentando despertar nela os mais baixos sentimentos.

O funcionalismo público, os empregados e reformados vêm subir o custo de vida de mês para mês, enquanto os seus magros vencimentos, ordenados ou reformas se mantêm estacionários, ou sofrem aumentos insignificantes, criando-lhes assim situações afitivas, vizinhas da miséria.

Privado das suas associações de classe, e impedido mesmo de se filiar em sindicatos nacionais próprios, o funcionalismo ficou impedido de ter qualquer organização que defenda os seus direitos junto do Governo.

Ao pequeno e médio funcionalismo do Estado e dos Municípios é exigida uma soma cada vez maior de trabalho e imposta uma disciplina humilhante.

A situação econômica dos soldados e marinheiros, dos sargentos e oficiais de patentes inferiores é quase degradante. Ao mesmo tempo que são obrigados a uma vida instável, cheia de privações e de perigos, vêem-se sujeitos a uma violenta disciplina e submetidos a um conjunto de medidas que visam divorciar as forças armadas do resto da população.

Os pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes e todos aqueles que não estão ligados ao capital monopolista são esmagados ou gravemente prejudicados pelos monopólios nacionais e estrangeiros, pela banca, pela organização corporativa (Grêmios, Federações, Institutos e Corporações),

pela discriminação comercial imposta ao comércio externo e pelos impostos e contribuições sempre crescentes e desiguamente colectados.

Toda a legislação do Estado Novo e organização corporativa visa servir unicamente o grande capital em detrimento da indústria, agricultura e comércio não monopolista, que se encontram na ruína ou a caminho da ruína.

O condicionamento industrial e a organização corporativa entravam a livre iniciativa da burguesia nacional e estão a fazer definhir de dia para dia o progresso econômico do País.

A fixação arbitrária dos preços de certos produtos pelos Grêmios, Federações e pelo Governo, aliada à exploração levada a cabo pelo grande comércio junto dos produtores agrícolas e industriais, são também uma causa de ruína para estes. Por isso se sucedem as falências e a dissolução das sociedades, ao mesmo tempo que crescem de ano para ano os lucros dos bancos e das grandes empresas monopolistas.

O artesanato é devorado pelo grande capital e reduzido à condição de assalariado, em ritmo sempre crescente, como se verifica particularmente nas indústrias têxtil, do vestuário e do calçado, etc.

A grande massa dos católicos que é constituída por pessoas simples, assim como o baixo clero, mais ligado ao povo, começou a verificar que o governo salazarista procura fazer da religião católica um instrumento da sua propaganda política. Mas se é certo que o governo de Salazar e um governo de caráter clerical, não é menos verdade que em relação às massas católicas trabalhadoras e na sua atuação como homens, os membros do Governo se mostram em tudo divorciado dos princípios religiosos que apregoam. A sua política de exploração e violência atinge tanto os trabalhadores católicos como os não católicos.

Alguns elementos do alto clero, especulando com os sentimentos religiosos dos portugueses católicos, procuram fazer da religião uma arma ao serviço da reação e do imperialismo. Esses elementos do alto clero apoiam abertamente a política do governo de Salazar e dos fomentadores de guerra, ao mesmo tempo que caluniam as forças progressivas e democráticas internas e externas.

Porém, a grande massa dos católicos está interessada em alinhar ao lado das forças democráticas e progressivas, para defender os seus interesses próprios e também por serem fortes os laços que os prendem aos interesses nacionais.

O governo de Salazar pratica a discriminação racial e agravou consideravelmente a política de opressão e espoliação dos povos indígenas das colônias portuguesas. As grandes companhias monopolistas nacionais e estrangeiras, os roceiros e autoridades fascistas intensificam cada vez mais a exploração e expropiação dos povos coloniais e mantêm uma verdadeira escravatura, por meio dos «contratos» e do chamado «trabalho compelido» e do Estatuto do Indigenato.

A política imperialista do governo de Salazar para com os povos coloniais que desejam libertar-se do jugo português agravou a situação destes e tornou ainda mais odiosa a dominação portuguesa, sobretudo devido ao fato do governo salazarista pretender manter pela violência, sob a dominação portuguesa, território como Goa, Damão, Dio, Macau e Timor, cujas populações desejam ser integradas nos países de que foram separadas há séculos.

Na medida em que se recusa a ouvir a vontade desses povos e negociar com eles o Governo provoca conflitos sangrentos, traz em sobressalto os corações das mães, esposas e irmãos dos soldados portugueses, em focos de guerra no mundo.

Os povos africanos de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Guiné e Cabo Verde, são mantidos num estado de atraso espantoso, são-lhes negados todos os direitos e liberdades e são sufocados e reprimidos ferozmente os seus anseios de independência e todas as suas manifestações de descontentamento.

A construção de bases militares, destinadas a serem utilizadas pelas forças americanas e outras, em Goa e restantes colônias, visa planos de domínio dos povos coloniais e de agressão à República Popular da China, à União Soviética e a outros países pacíficos, é um fator de guerra que ameaça a paz mundial.

## III

### A DOMINAÇÃO SALAZARISTA AMEAÇA A EXISTÊNCIA DO POVO

O GOVERNO de Salazar não cumpre as suas próprias leis, inclusive a Constituição.

A Constituição elaborada em 1933 e anos mais tarde modificada num sentido ainda mais reacionário pelo governo salazarista, sofismou a representação popular e deixou abertas as portas a toda a sorte de manobras do Governo e autoridades fascistas quando dos atos eleitorais.

O fascismo suprimiu as mais elementares liberdades democráticas, como o direito de reunião, de associação e direito à greve; suprimiu os partidos políticos e impôs a censura prévia à imprensa, o controle direto a toda a vida associativa das massas, imperando no País o regime do partido único — a «União Nacional» — cujo domínio se apoia em forças policiais e repressivas como a PIDE, a Legião Portuguesa, a GNR, a PSP e as celebradas «medidas de segurança», cujo fim é condenar os democratas mais combativos à prisão perpétua.

A demagogia mais desenfreada e o terror mais brutal e cada vez mais refinado dominam no País, são as armas de que o governo se serve para tentar ludibriar e dominar as massas populares.

Para dominar o povo, o fascismo criou todo um enorme aparelho repressivo, comandado diretamente pelo governo através do Conselho de Segurança. Ao sinistro Campo de Concentração do Tarrafal sucede o novo Campo de Concentração de Angola e nas prisões sem ar e sem sol do País e das Colônias, estão encerradas centenas de presos europeus e coloniais.

Os melhores filhos e filhas do povo português e mais

ardentes patriotas são perseguidos, torturados e assassinados. As forças repressivas atiram a matar e assassinam impunemente os cidadãos.

As lutas do nosso povo em defesa dos seus interesses vitais, pela paz e pela democracia, são atacadas ferozmente pelo governo salazarista.

Os espiões a soldo do Governo rondam por todos os lados, vigiam e devassam a vida dos cidadãos e provocam-nos a miude. Não há inviolabilidade para os cidadãos, nem para a sua correspondência, nem para os seus domicílios.

Os partidários da paz e democratas são expulsos dos seus empregos e perseguidos e é-lhes recusado o direito de saírem de Portugal.

O nosso País, sob a governação salazarista tornou-se um enorme campo de concentração.

O governo de Salazar subordina cada vez mais a sua política aos interesses dos círculos governamentais dos Estados Unidos, procurando assim no Canção o apoio que lhe falta cada vez mais dentro do País e por parte das nações democráticas e progressivas de todo o Mundo.

Divorciado do povo, o Governo não está, por esse mesmo fato, interessado na defesa da soberania nacional, nem no futuro de Portugal, como Nação livre e independente e, por isso, entrega o País e as Colônias à cobiça e voracidade dos imperialistas norte-americanos. O estabelecimento de pactos militares, como o Pacto do Atlântico e o Bloco Ibérico, ligam Portugal aos planos de guerra da reação internacional.

Sob a direção efetiva dos norte-americanos, transformam-se o País e as Colônias em bases estratégicas ao serviço dos planos agressivos dos círculos dirigentes dos Estados Unidos.

As manobras militares sucedem-se a curto intervalo, perturbando a vida dos jovens mobilizados e da população, custando vidas e provocando destruições.

O governo de Salazar participa ativamente nos preparativos de uma guerra de agressão contra países democráticos e pacíficos como a União Soviética, a República Popular da China e demais países democráticos do campo da paz e do socialismo, guerra essa que, caso se viesse a desencadear, iria lançar na morte, na dor e no luto o povo português.

Só uma política de neutralidade em relação aos blocos em presença poderá evitar estes males ao nosso povo.

## IV

### É POSSÍVEL UMA SOLUÇÃO PACÍFICA PARA O PROBLEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

A AÇÃO anti-democrática e anti-popular do governo fascista de Salazar caracterizada pela supressão das mais ligeiras liberdades democráticas e pela repressão mais violenta contra todos os que perfilam idéias democráticas e aspiram a paz; a sua política militarista e de defesa dos interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros, que torna impossível o desenvolvimento econômico e cultural do País numa base sã, e sua política de baixos salários e ordenados, enquanto, por outro lado, consente e fomenta mesmo a subida dos custos de vida — tudo isto faz crescer o descontentamento do povo português contra tal governo e o desejo ardente de o ver substituído por um governo representativo das várias tendências democráticas e anti-salazaristas.

Por outro lado, a situação internacional no seu conjunto evolui num sentido favorável às forças pacíficas e democráticas. Os países socialistas, com a União Soviética à cabeça, desenvolvem a sua economia e a sua cultura a ritmos jamais concebidos pelo capitalismo, aumentam a sua potência e o seu prestígio, no mundo, são uma enorme força de atração para milhões e milhões de trabalhadores do mundo inteiro. A classe operária na escala internacional forja e fortalece a sua organização e unidade em potentes greves e em outras formas de lutas massivas pelo pão, a paz e democracia. A desagregação constante do sistema colonial do imperialismo está na ordem do dia, novos países alcançam a sua libertação e a independência.

Todos estes fatores não podem deixar de ser favoráveis às forças democráticas e anti-salazaristas e desfavoráveis à camarilha salazarista. Mas, isto não basta para isolar Salazar e o seu governo, não é suficiente para unir e conduzir à luta o número crescente dos descontentes com a governação salazarista. O caminho a percorrer para unificar todas as forças democráticas e anti-salazaristas com vista a tornar possível o derrubamento de Salazar sem guerra civil, por meios pacíficos, não é um caminho fácil.

A realização da unidade da classe operária e a organização de lutas pelas suas reivindicações econômicas, políticas e sociais cada vez em maior número e mais potentes são o fator base para a construção da unidade de ação de todas as forças democráticas e anti-salazaristas. As ações de massas de vastos setores de todas as camadas da população e classes são, por sua vez, o fator chave para fazer desistir os hesitantes a virem engrossar a unidade e a luta. Serão as lutas de massas por reivindicações muito precisas que, mais devagar, ou mais depressa, conforme a potência que forem atingindo, conduzirão ao debilitamento, à desagregação contínua das fileiras salazaristas. Serão elas que acabarão por elevar à realização prática de uma ampla frente nacional anti-salazarista, frente nacional de ação que abrirá a possibilidade para a solução pacífica do problema político português num sentido democrático.

O caminho difícil da realização da unidade da classe operária, de todas as forças democráticas e anti-salazaristas e das suas lutas constantes, prepara também as massas populares para responder à violência com a violência, se apesar de todos os seus esforços pela solução pacífica do problema político nacional, o governo de Salazar persistir criminosamente em sufocar pelo terrorismo as aspirações do povo português evidenciadas nas suas lutas e manifestações de massas de caráter pacífico. Mas então, a responsabilidade por uma tal saída recairá inteiramente sobre o governo de Salazar e as forças e pessoas que o apoiarem.

(Conclui na 19ª Pág.)

# Previdência Social — Conquista Das Massas Trabalhadoras

A par das sociedades beneficentes, tradicionais instituições montadas no Brasil pelos portugueses, foram as Caixas de Aposentadoria e Pensões as precursoras da previdência social em nosso país. Mas, somente a partir de 1931 (Decreto n. 20.406, de 1-10-31) foi a legislação das Caixas de Previdência uniformizada, passando a abranger todos os empregados em serviços públicos de transporte, de luz, força, telégrafos, telefones, portos, águas, esgotos ou outros que vieram a ser considerados como tais, posteriormente.

Em 29 de junho de 1933, pelo Decreto 22.872, era criado o INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS destinado a conceder ao pessoal da marinha mercante nacional e classes anexas os benefícios de aposentadoria e pensões. Seguiu-se a criação do INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS, em 22 de maio de 1934, Decreto n. 24.273, regulamentado em janeiro de 1936, Decreto-Lei 593, e o INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS pelo Decreto n. 24.615, em 9-7-34, após dois dias de greve que atingiu principalmente esta Capital, S. Paulo e Santos.

O INSTITUTO DOS INDUSTRIÁRIOS, criado pela Lei n. 367, de 31 de dezembro de 1936. O INSTITUTO DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS, criado pelo Decreto-Lei n. 651, de 26 de junho de 38.

Estavam assim constituídos os órgãos de previdência, sobre os quais repousaria a previdência social dos trabalhadores brasileiros, excluídos os servidores do Estado, filiados ao INSTITUTO DE PENSÕES E APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DO ESTADO.

A DIREÇÃO DOS INSTITUTOS de empregados e empregados eleitos. Posteriormente, com o advento do Estado Novo, passaram os Institutos a ser dirigidos por um Presidente, tendo como conselheiro de seus atos um Conselho Administrativo, integrado por representantes do Conselho Fiscal, com poderes que aos poucos foram sendo restringidos, até chegarmos à atual situação em que os Conselhos Fiscais, embora integrados por representantes patronais e de empregados, acham-se rebaixados ao papel de simples homologadores dos atos praticados pela Presidência, opinando, na maioria dos casos, sobre fatos consumados.

As tentativas para o retorno ao regime de administração colegiada existiram sempre com o tropicão das injunções políticas, que preferem o regime presidencialista, mais facilmente manobrável ao sabor de seus interesses. Por outro lado, algumas tentativas feitas no sentido de colocar na presidência dos Institutos elementos vinculados aos trabalhadores, redundaram em fracasso, posto que o cediam ante a pressão política ou eram afastados.

A mais recente experiência alcançada pelos bancários, que lograram ver nomeado para a presidência de seu Instituto um bancário eleito pelos sindicatos da corporação, constitui precedente que deve ser perseguido pelos demais associados dos demais Institutos.

A influência política nas instituições de previdência atingiu a tal ponto que até o atual Vice-Presidente da República sentiu-se no dever de alertar os trabalhadores, em discurso pronunciado na Sede do Sindicato dos Bancários, tendo declarado textualmente: «Ou os trabalhadores acabam com a política nos institutos ou a política acabará com a previdência social em nossa pátria».

Se bem que, de um modo geral, a grande massa trabalhadora não vive intensamente os problemas de previdência social, acostumada a esperar por soluções vindas de cima, — vem crescendo e tomando vulto o descontentamento dos trabalhadores, que passam a exigir dos governantes e representantes do povo no Parlamento um mais acurado exame do assunto.

A chamada Lei Orgânica da Previdência Social, que dormiu um decênio nas gavetas das Comissões da Câmara dos Deputados, sem qualquer solução, acaba de ser aprovada naquela Casa do Congresso, em regime de urgência, como resultado da pressão das massas trabalhadoras.

O movimento dos bancários, conquistando, através de um movimento nacional a presidência e as delegacias estaduais do seu Instituto para bancários eleitos nos Sindicatos, e a lei restabelecendo a aposentadoria ordinária, por eles recentemente alcançada, vieram dar novo impulso à luta dos trabalhadores pela melhoria da previdência, obrigando as forças políticas a olharem com mais atenção essa reivindicação dos trabalhadores.

## HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS E CAIXAS — NOVAS REIVINDICAÇÕES COLOCAM-SE NA ORDEM DO DIA — CORREÇÕES NECESSÁRIAS NA LEI ORGÂNICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, QUE O SENADO DEVERÁ APROVAR



Para se conseguir qualquer assistência no IAPETC não é coisa fácil. Vemos uma fila de contribuintes em longa espera para receberem o pensão.

urgência com que foi votado na Câmara dos Deputados o substitutivo apresentado pela Comissão integrada pelos Deputados Batista Ramos, Aarão Steinbruck e Aluizio Alves.

Algumas observações. Não pretendemos fazer agora um exame minucioso do projeto ora a caminho do Senado Federal. Cumpramos, todavia, destacar que, a par de inúmeros dispositivos realmente favoráveis aos trabalhadores, inclusive aqueles que visam a democratizar as administrações dos Institutos, está a nova Lei Orgânica evitada de artigos prejudiciais aos trabalhadores. É o caso da aposentadoria ordinária (por tempo de serviço), que tal como está, somente permitirá que o trabalhador se aposente, no mínimo dentro de 8 ou mais anos, a não ser que possua economias que lhe permitam integralizar as quotas que faltam para atingir 30 ou 35 anos de contribuições. A par disso, os novos dispositivos sobre aposentadoria contrariam e revogam, a aposentadoria já alcançada pelos bancários, pois o acréscimo de 80 para 100% da aposentadoria se processa na proporção do aumento do número de anos de serviço e não de idade como prevê a lei conquistada pelos bancários.

Alarmante e perigoso é também o fato de que a contribuição prevista no atual projeto varia entre 6 e 10% sendo que imediatamente serão todas as contribuições atuais elevadas de 1%, segundo prevê um subreptício artigo encaixado nas disposições transitórias do projeto.

Não menor é o perigo que representa a criação do chamado Instituto da Casa Popular que absorverá todas as verbas e dotações das Cartelas Imobiliárias dos Institutos. Haverá por certo um desequilíbrio e forçoso prejuízo para aqueles Institutos que atualmente possuem maiores reservas e que consequentemente atribuem maiores verbas para as construções de moradia para seus associados.

Esses e inúmeros outros dispositivos realmente prejudiciais aos trabalhadores, vêm concorrendo para que esses se arregimentem em seus sindicatos, procurando lutar para corrigir as falhas existentes no atual projeto em curso no Senado Federal, sob pena de serem amanhã aprovada uma lei que, visando a ampará-los e criando pontos positivos im- pique também em prejuízos incalculáveis.



Di Vittorio abraça Oreste Lizzardi, do Partido Socialista e dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores da Itália. Solidariedade entre comunistas e socialistas.



A 6 de novembro milhares de pessoas seguiram o feretro de Di Vittorio, em Roma. No clichê acima, vemos a que sempre a parou com o feretro, o velho chefe do grande líder desaparecido.



# Um Grande Combate Do Proletariado Mundial

GIUSEPPE DI VITTORIO, QUE CHEGOU A SER PRESIDENTE DA FSM E FOI DESTACADO DIRIGENTE COMUNISTA, DEDICOU TODA A SUA EXISTÊNCIA À LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS OPERÁRIOS E CAMPONESES — EXCEPCIONAIS HOMENAGENS DO POVO ITALIANO AO SEU ILUSTRE FILHO — UMA CARTA DE PALMIRO TOGLIATTI

Nos primeiros dias de novembro, divulgou-se através do mundo a notícia do falecimento de Giuseppe Di Vittorio, presidente da Federação Sindical Mundial, deputado ao Parlamento italiano, destacado dirigente do Partido Comunista da Itália, de cujo Comitê Central era membro. Perdia assim o proletariado mundial um de seus mais destacados líderes, um homem que se revelara, desde os 12 anos de idade, um batalhador em defesa dos direitos de seus companheiros de trabalho, um lutador incansável pelo socialismo.

Filho de camponeses pobres, nasceu em 11 de agosto de 1892. Foi obrigado a trabalhar aos 8 anos, como assalariado agrícola, em condições extremamente duras. Com 12 anos, já revela seu talento organizativo excepcional: criou um grande círculo juvenil socialista, a fim de interessar a juventude de sua localidade nas lutas sociais e políticas do seu tempo. Era considerado, já então, um «revolucionário». Sua primeira reivindicação foi um pouco mais de gordura sobre o pão que comiam os camponeses.

Com apenas 17 anos, Di Vittorio já era conhecido como organizador sindical dos jovens socialistas revolucionários, que estavam à frente de todas as lutas dos camponeses.

Eleito deputado, em 1921, foi preciso libertá-lo da prisão a que tinha sido lançado, por lutar ativamente contra o desemprego e a fome. Era uma derrota para o governo fascista, que não pudera calar a voz dos trabalhadores.

Poucos anos depois, em 1924, Giuseppe Di Vittorio ingressa nas fileiras do Partido Comunista. Um ano depois, com a promulgação das leis de exceção fascista, entra o PCI na ilegalidade e Di Vittorio é obrigado a emigrar para a França.

Já sob a orientação do PCI, prosseguiu Di Vittorio sua atividade dirigente — como representante da CGIL, junto à Internacional, de 1928 a 1930 e como membro do birô político do Partido Comunista Italiano. O ataque fascista contra a República espanhola levou Di Vittorio a pegar em armas em defesa da causa da liberdade e da democracia. Foi conselheiro político da 1ª Brigada Internacional, que incluía uma coluna italiana.

Em 1935, Giuseppe Di Vittorio trabalha intensamente em preparação do VII Congresso da Internacional Comunista. Tornara-se um dirigente internacionalmente experimentado.

Depois da libertação de Roma, em junho de 1944, surge a primeira sede local da Confederação Geral Italiana do Trabalho e essa poderosa organização apresenta um programa de renascimento econômico a todo o povo. Agiganta-se a figura de Di Vittorio, não apenas como o extraordinário organizador sindical do proletariado italiano, mas de todo o mundo, com a criação da poderosa Federação Sindical Mundial da qual veio a ser presidente e que em dez anos de existência conseguiu agrupar mais de uma centena de milhões de trabalhadores, de todos os países.

Foi um batalhador infatigável pela unidade internacional da classe operária e ainda há pouco, no IV Congresso Sindical Mundial ce-



O CORPO DE DI VITTORIO NO ATAÚDE

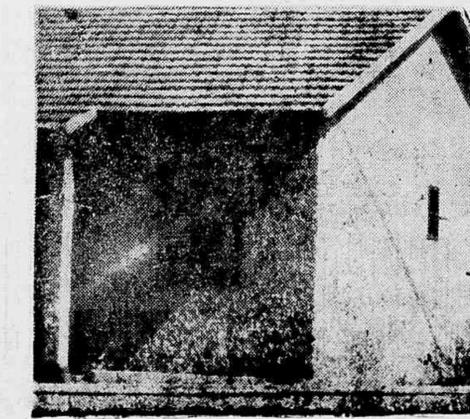
tantes e personalidades dos partidos políticos, do governo das organizações mais diversas, que iam despedindo do homem que dedicara

«Foi longo e difícil o caminho que percorreste. Todos compreendem que somente a tua vontade, tua capacidade de trabalho, a fé sem limites na vitória certa da causa dos trabalhadores puderam guiar-te através de deturpantes e de fadiga, até o ponto que sabes ser justo. Nós também sabemos porém que a inteligência, a vontade e a fé de alguns de pouco serviriam, se não tivessem no partido de vanguarda, da classe operária, no Partido Comunista, o guia que nunca enganava nem desapontou, porque no partido a tua rinha e a experiência de forças de massas em movimento e a capacidade de depreciação e de direção se unem e agem em comum. Tu soubeste penetrar esta verdade, fazer tua e por isso atingiste os postos de mais elevada responsabilidade na direção do grande movimento pela emancipação do trabalho».

«Saúdo em ti o militante proletário, artífice obstinado e dirigente da grande organização unitária dos operários e de todos os trabalhadores italianos. Saúdo o dirigente comunista, temporado em todas as provas».



Frequentemente assistimos nos grichês do IAPI, cenas como a que vemos na foto acima. São pais de famílias há vários meses sem receberem a reduzida ajuda a que têm direito.



Um dos conjuntos residenciais construídos pelo IAPI. O Instituto dos Industriários bem que podia construir, em maior número, casas, ao invés de construir arranha-céus em desvirtuando os seus recursos para fins especulativos.

## ALEGRIA DE ANO NOVO NA URSS



As festas de fim de ano são extremamente populares no país dos soviéticos. No Natal, por toda parte se vêem clássicos e legítimos pinheiros, adornados a esmofo. Os sogasipes floam repletos de compradores e a troca de presentes é intensa. Na foto, estamos na principal loja de Moscou. (Foto TASS).

# Perguntas e RESPOSTAS

## CAMINHO PACÍFICO E LUTA DE CLASSES

A QUESTÃO do caminho pacífico para o socialismo vem sendo objeto de interessantes discussões no seio do Partido. Estudando a possibilidade desse caminho em nosso país é uma das tarefas mais importantes na elaboração da nossa linha política. A este propósito, perguntam alguns camaradas: o caminho pacífico para o socialismo exclui a luta de classes?

Trata-se, é evidente, de um ponto essencial.

O caminho pacífico, que exclui a luta de classes e a substitui pela conciliação de classes, é precisamente uma das características do reformismo, do oportunismo de direita, do revisionismo.

Quanto aos marxistas, entendem que, numa sociedade dividida em classes antagônicas, a luta de classe é inevitável e é o motor do progresso dessa sociedade. Assim, pois, qualquer que seja o caminho para chegar à conquista do poder pelo proletariado, a luta de classes é uma constante e, em virtude disto, uma questão de princípio para os comunistas.

O que, porém, não é uma questão de princípios é a obrigatoriedade de tais ou quais formas e meios da luta de classes do proletariado. Na revolução de outubro, na Rússia, e na revolução chinesa, a luta armada e a guerra civil foram as formas de luta culminantes e decisivas, que permitiram ao proletariado, à frente das grandes massas trabalhadoras, tomar o poder e conservá-lo firmemente em suas mãos. A adoção de tais formas de luta não resultou, porém, da preferência arbitrária dos proletariados russo e chinês, mas de um imperativo de circunstâncias objetivas perfeitamente caracterizadas. A luta armada e a guerra civil não foram preferidas pelo proletariado e o seu partido de vanguarda, mas impostas pela violência furiosa das classes reacionárias, em situações políticas de asfixia das liberdades democráticas.

Os comunistas não pregam utopias. E, por isto, devem estar preparados para responder à violência da reação com as formas de luta adequadas. Enquanto a reação ainda tiver a possibilidade de empregar a violência, o partido de vanguarda do proletariado tem o dever de encarar sempre a possibilidade do caminho não pacífico para o socialismo.

Ao mesmo tempo, porém, os comunistas não desprezam as possibilidades de desenvolvimento pacífico da revolução, as possibilidades de realizar uma transição menos dolorosa do capitalismo ao socialismo. Tudo ali depende das circunstâncias concretas. Marx admitia, na sua época, que a classe operária pudesse chegar ao poder na Inglaterra sem insurreição nem guerra civil. Chegou a sugerir o mesmo para a Holanda. Tratava-se de países em que

o aparelho de Estado se achava isento de burocratismo e de militarismo e em que havia liberdades democráticas relativamente amplas.

Após a revolução de fevereiro de 1917, na Rússia, Lênin traçou um plano de desenvolvimento pacífico da etapa socialista da revolução. Este plano foi conseqüentemente aplicado, porém não pôde ser seguido até o fim, porque a burguesia russa recorreu à violência armada mais brutal contra o proletariado e o seu partido de vanguarda.

Nas condições atuais, com a modificação radical na correlação de forças em favor do socialismo, surgiram, para muitos países do mundo capitalista, possibilidades reais de um caminho pacífico em direção ao socialismo. Como se sabe, esta foi uma das teses apresentadas pelo XX Congresso do PCUS, resultando da aplicação criadora do marxismo-leninismo à nova situação mundial.

O caminho pacífico para o socialismo nada tem de comum com o reformismo. A luta de classes prosseguirá mesmo por esse caminho, podendo assumir em certos momentos, formas bastante agudas. Entretanto, à frente de amplas coalizões de forças, pode a classe operária fechar as portas da violência à reação e garantir um curso pacífico favorável ao socialismo. O parlamento, instituição que serve à burguesia e aos proprietários de terra, pode ser transformado, através dos processos eleitorais, em instrumento a serviço do povo trabalhador. Este, fora do parlamento, deverá apoiar a luta para modificar a estrutura econômico-social do país.

Condição indispensável para um curso semelhante é que o proletariado ganhe a hegemonia do movimento de massas e forje a aliança operário-camponesa. À frente do proletariado é igualmente indispensável que esteja um partido marxista-leninista revolucionário.

Por último, convém assinalar que os comunistas não compreendem a transição pacífica ao socialismo como processo de acumulação de reformas superficiais que não afetam o poder das classes exploradoras. Os comunistas rejeitam as teses revisionistas de evolução espontânea do capitalismo para o socialismo. Essas teses conduzem à conciliação de classes, ao abandono da luta pela hegemonia do proletariado e do papel de vanguarda do partido marxista-leninista, à capitulação pura e simples diante da ditadura burguesa.

A transição pacífica para o socialismo visa a alcançar transformações radicais, que devem afetar profundamente a própria estrutura econômico-social. O que significa, em suma, que a transição pacífica para o socialismo é também uma revolução.

# O País do Socialismo Homenageia Spinoza



O 325º aniversário do nascimento de Baruch Spinoza, grande filósofo materialista holandês, de origem judaica, foi comemorado numa solenidade em Moscou. Patrocinaram o ato dedicado ao imortal autor da "Ética" a Sociedade Soviética de Relações com os Países Estrangeiros e o Instituto de Filosofia da Academia de Ciências da URSS. A foto mostra o professor M. Djnnik, no momento em que fazia uma conferência sobre "A Filosofia de Spinoza". Vê-se também exposto um retrato do genial pensador do século XVII.

## TRIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA COMUNA DE CANTÃO

A 11 de dezembro, realizou-se, em Cantão, na China, um grande comício para homenagear o 30º aniversário da Insurreição de 1927 e da Comuna de Cantão.

Em dezembro de 1927, os operários de Cantão, juntamente com os soldados revolucionários, se levantaram em armas, sob a direção do Partido Comunista da China, contra o governo do Kuo-Min-Tang, que havia traído a revolução. A Comuna de Cantão, governo democrático de operários e camponeses, resistiu durante três dias, sendo depois selvagemmente esmagada pelas tropas de Chiang-Kai-Shek.

O comício comemorativo foi presidido por Tung Pih-wu, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista da China, tendo a presença dos representantes consulares da URSS, Tchecoslováquia, Vietnã e Polónia.

Um dos oradores prestou homenagem especial aos cidadãos soviéticos, que deram o seu sangue juntamente com os insurrectos de Cantão.

A. A. Orlov, consul soviético em Cantão, agradeceu ao povo chinês a ereção do pavilhão da Amizade Sino-Soviética, em memória dos funcionários do consulado soviético, assassinados após a derrota da insurreição.

## Teoria e Prática

### O CAMINHO PARLAMENTAR DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO N. S. KRUSCHIOV

O leninismo ensina que as classes dominantes não cedem o Poder voluntariamente. Entretanto, a violência da luta, o emprego ou não da violência durante a transição ao socialismo, não dependem tanto do proletariado quanto da resistência que os exploradores opõem, do emprego da violência pela própria classe exploradora.

A esse respeito, surge a questão da possibilidade de aproveitar também o caminho parlamentar para a transição ao socialismo. Para os bolcheviques russos, que foram os primeiros a realizar a transição para o socialismo, esse caminho estava excluído. Lênin nos indicou outro caminho, o único justo naquelas condições históricas, o da criação da República dos Soviets, e nós, seguindo esse caminho, conquistamos uma vitória histórica de significação universal.

Mas, desde então, produziram-se modificações radicais na situação histórica, as quais permitem abordar esta questão de maneira nova. As forças do socialismo e da democracia cresceram incalculavelmente em todo o mundo, ao passo que o capitalismo tornou-se muito mais débil. Cresce e se robustece o poderoso campo dos países do socialismo, que agrupa mais de 900 milhões de pessoas. A cada dia, o campo do socialismo põe mais e mais em relevo suas gigantescas forças internas e suas vantagens decisivas sobre o capitalismo. O socialismo transformou-se numa grande força de atração para os operários, os camponeses e os intelectuais de todos os países. Verdaderamente, as idéias do socialismo estão se convertendo nas idéias de toda a humanidade trabalhadora.

Ao mesmo tempo, a classe operária de uma série de países capitalistas tem, nas atuais condições, uma possibilidade real de unir sob a sua direção a imensa maioria do povo e de assegurar a passagem dos meios de produção fundamentais às mãos do povo. Os partidos burgueses de direita e os governos por eles formados, com frequência cada vez maior, entram em bancarrota. Nestas condições, a classe operária, unida em torno de si os camponeses trabalhadores, os intelectuais, todas as forças patrióticas e dando uma réplica decidida aos elementos oportunistas, incapazes de renunciar à política de conciliação com os capitalistas e os latifundiários, pode derrotar as forças reacionárias, antipopulares, conquistar uma sólida maioria no Parlamento e transformá-lo de órgão da democracia burguesa em instrumento da verdadeira vontade popular. Em tal caso, esta instituição tradicional para muitos países capitalistas altamente desenvolvidos pode converter-se no órgão da autêntica democracia, da democracia para os trabalhadores.

A conquista de uma sólida maioria parlamentar, que se apoie no movimento revolucionário do proletariado, dos trabalhadores, criaria para a classe operária de alguns países capitalistas e antigas colônias condições que garantiriam a realização de transformações sociais radicais.

Naturalmente, nos países onde o capitalismo é ainda forte, onde tem em suas mãos um enorme aparelho militar e policial, é inevitável uma acirrada resistência das forças reacionárias. A transição ao socialismo transcorrerá aí em meio a uma aguda luta revolucionária de classes.

Em todas as formas de transição ao socialismo é condição indispensável e decisiva que a direção política seja exercida pela classe operária, encabeçada por sua vanguarda. Sem isto, é impossível a passagem ao socialismo. (Do informe ao XX Congresso do PCUS)

## Declaração Conjunta Dos PP. CC. da França e de Israel

As delegações dos partidos comunistas da França e de Israel realizaram conversações e lançaram uma declaração conjunta, publicada no jornal «L'Humanité» de Paris.

Afirmam os partidos comunistas da França e de Israel que a declaração lançada em Moscou pelos representantes dos 12 partidos comunistas e operários dos países socialistas era um documento básico de primeira importância. Ambos os partidos lutarão resolutamente contra os ataques dos revisionistas ao marxismo-leninismo e contra as suas calúnias a respeito da União Soviética.

Ambas as delegações destacaram a grande significação do Manifesto da Paz, lançado em Moscou, e acreditavam que a luta pela paz era o problema básico no presente período histórico.

A declaração conjunta observa a grave ameaça à paz no Oriente Médio e diz que a conspiração do imperialismo norte-americano contra a Síria era a causa principal da tensão naquela área. As disputas que ali ocorrem devem ser resolvidas através de negociações pacíficas, com a renúncia à força.

Os partidos comunistas da França e de Israel afirmam que o renascimento do militarismo e do revanchismo na Alemanha Ocidental é outra ameaça à paz. A maior tarefa para os povos da França e de Israel é a de se opor ao renascimento do militarismo alemão, juntamente com as forças pacíficas de todo o mun-

do, particularmente com a República Democrática Alemã.

Referindo-se à conferência dos chefes de governo da OTAN, a declaração conjunta afirma que a OTAN constitui uma grave ameaça à paz e que uma tarefa fundamental dos povos da França e de Israel é a luta contra os blocos militares agressivos.

## Em Debate o Programa De Desenvolvimento da Agricultura

Realizou-se recentemente em Pequim uma reunião da Assembleia Suprema do Estado, durante a qual se discutiu a campanha de retificação do estilo de trabalho, em relação com o projeto de Programa Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura, de 1956 a 1967.

Participaram daquela reunião Chu Tiao, vice-presidente da República Popular da China; Liu Shao-Chi, presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo; Chu Fa Lai, Primeiro Ministro do Conselho de Estado; dirigentes do Partido Comunista, de vários partidos democráticos e grupos

democráticos não partidários, bem como dirigentes de organizações populares.

Decidiu-se convocar uma reunião conjunta do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo e do Comitê Permanente da Conferência Política Consultiva do Povo, a fim de discutir o projeto já mencionado. Após a discussão, deverá ser feito um amplo debate pelo povo. Somente depois disto é que será submetido à aprovação do Congresso do Partido Comunista, em seguida, do Conselho de Estado e, finalmente, do Congresso Nacional do Povo.

Na reunião conjunta dos Comitês Permanentes, afirmou Tan Chen-lin, membro do secretariado do CC do PC chinês, que a experiência dos dois últimos anos provou que a orientação socialista e o conteúdo fundamental para o desenvolvimento agrícola, estabelecidos no projeto de programa, estavam corretos. As famílias que aderiram à agricultura cooperativa atingiram a 97% do número total de famílias e aquelas integradas em cooperativas inteiramente socialistas, a 93,7%. Muitas cooperativas fizeram seus próprios planos de desenvolvimento.

# Articulam-se os Marítimos Para Exigir o Cumprimento de Acordos e de Leis

**PACTO DE AÇÃO COMUM ENTRE OS SINDICATOS — SE NECESSÁRIO, O MOVIMENTO TERMINARÁ EM GREVE GERAL**

Preparam-se os trabalhadores marítimos de todo o país para recorrer à greve, se necessário, pelo cumprimento de vários acordos, decretos, leis e portarias que lhes concedem uma série de vantagens e benefícios.

Inúmeras assembleias sindicais vêm sendo realizadas nas organizações de classe das várias categorias de trabalhadores do mar, a fim de acertar as medidas a serem tomadas, em defesa dos interesses dessas centenas de milhares de trabalhadores. Reuniram-se até agora presidentes de 14 sindicatos, decidindo lançar um manifesto público, dirigido às autoridades e ao povo em geral. Nesse documento deverão ser expostas as razões do movimento em que se empenham os marítimos e as reivindicações por que se batem.

## PACTO DE AÇÃO COMUM

Os sindicatos marítimos já manifestaram sua decisão firme em manter-se unidos, dispostos a não transigir até que sejam cumpridas por parte dos armadores e das autarquias, as decisões legais já conquistadas. Quanto às duas mais importantes autarquias — Lóide e Costeira — já foi formulada uma proposta, que consiste em fazer equivar o ano marítimo a 255 dias e em conceder a aposentadoria aos 25 anos; fazer o pagamento da diferença salarial (equipamento salarial) e o pagamento do repouso semanal remunerado, de 1949 a 1951. Essa proposta, porém, não foi aceita pelos trabalhadores — estes exigem o cumprimento integral de todas as leis, decretos, acordos e portarias.

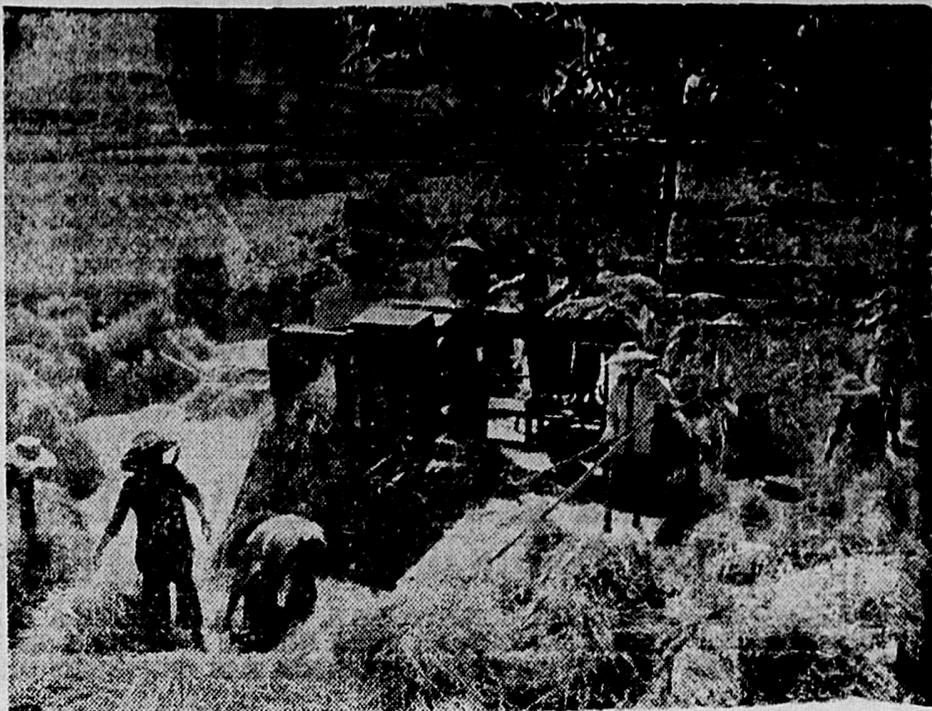
Aguarda-se agora o pronunciamento de novas entidades sindicais, para que sejam ultimadas as últimas providências, no caso de deflagração de um movimento paralisista.

## É GRANDE A EXPERIÊNCIA DOS MARÍTIMOS

Os marítimos brasileiros possuem já uma rica experiência de luta e em várias ocasiões demonstraram sua combatividade e espírito de luta. Em greves anteriores, foi comprovada a unidade de ação reinante entre os trabalhadores do mar, sempre vigilantes em sua posição em defesa de seus direitos.

No caso de serem realmente levados a uma nova greve, desempenhará um papel decisivo a solidariedade que lhes fôr demonstrada por parte dos demais trabalhadores.

# AVANÇO DA AGRICULTURA NA CHINA



A agricultura na China, alcançou nos últimos anos um grande avanço. O método cooperativista de exploração da terra predomina nos campos chineses, como consequência, é possível a utilização de instrumentos de trabalho, modernos. Na foto, membros de uma cooperativa no cultivo do trigo

## COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA LAVOURA DA ALTA SOROCABANA

Está sendo amplamente divulgado em toda a zona da Alta Sorocabana, no Estado de São Paulo, o seguinte volante:

### COMUNICADO

«A COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA LAVOURA DA ALTA SOROCABANA faz saber a todos os lavradores da Região e demais pessoas interessadas na lavoura algodoeira que o Governo Federal, não levando em conta as reivindicações vitoriosas em todas as concentrações e congressos para afixação em Cr\$ 200,00 do preço mínimo da arroba de algodão, está na iminência de assinar decreto fixando em Cr\$ 185,00 o preço mínimo para a safra de 1957-1958.

Protestando contra a medida altamente prejudicial aos interesses da lavoura e da economia estadual, a COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA LAVOURA DA ALTA SOROCABANA acaba de remeter memorial ao Sr. Presidente da República, solicitando providências no sentido de que sejam atendidas as reivindicações dos lavradores com a decretação do preço mínimo de Cr\$ 200,00.

Nesta oportunidade, a COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DA LAVOURA DA ALTA SOROCABANA, conchama todos os lavradores e o povo em geral para se unir na defesa do preço mínimo de Cr\$ 200,00 através de reuniões, concentrações, memoriais, telegramas, abaixo assinados, moções das Câmaras Municipais dirigidos ao Sr. Presidente da República no sentido de que, em benefício de toda a nossa economia, e atendendo às mais legítimas reivindicações da lavoura algodoeira, decrete o preço mínimo de Cr\$ 200,00.

Regente Feijó, 12 de Novembro de 1957.

a) JOSE ANTUNES — Presidente»

## Na Ferrovia Mossoró-Souza:

**TREZENTOS OPERÁRIOS AMEAÇADOS DE DESEMPREGO POR PERTENCEREM À CHAMADA «VERBA 4» ESTÃO AMEAÇADOS DE PERDEREM O TRABALHO E TODO O TEMPO DE SERVIÇO — UMA DAS CONSEQUÊNCIAS DA TRANSFORMAÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM SOCIEDADE ANÔNIMA -- EXIGEM OS TRABALHADORES SEU ENQUADRAMENTO COMO EFETIVOS COM AS GARANTIAS E DIREITOS QUE A LEI LHEZ ASSEGURA**

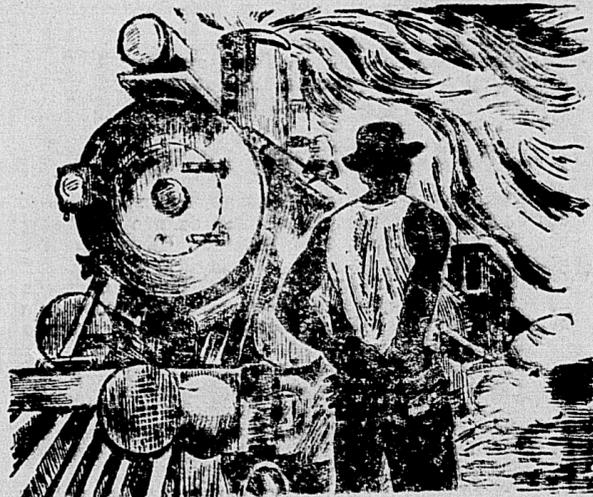
MOSSORÓ (Do Correspondente) O Desemprego com todas as suas consequências está ameaçando a mais de 300 ferroviários da Estrada de Ferro Mossoró — Souza. Estes operários pertencem à chamada «Verba 4», que, como decorrência da transformação das ferrovias em Sociedades Anônimas, se vêem na contingência de perderem a estabilidade do trabalho e o próprio emprego.

O que se quer fazer com os ferroviários é uma clamorosa injustiça. Operários existem com 20 anos de serviço e agora ouvem do diretor da empresa que eles devem demitir-se para logo em seguida serem readmitidos, como empregados novos perdendo todo esses anos de trabalho.

Ai está, entre outras, uma das consequências da má política do governo do sr. Juscelino Kubitschek em relação as nossas empresas estatais. Os trabalhadores em ferrovias previram tal prejuízo aos seus interesses, agora esse prejuízo se concretiza.

Os operários da Mossoró-Souza não se conformam com essa medida da direção da empresa e estão dispostos a recorrerem a todos os meios possíveis, para impedir que essa ameaça se consuma. Memoriais ao governo, ao Ministro do Trabalho, mandado de segurança e outras medidas judiciais, são entre outras, algumas das medidas que os trabalhadores pretendem tomar para pôr a salvo os seus direitos.

Ao mesmo tempo, esforçam-se os ferroviários, não somente os pertencentes a «Verba 4», mas todos os ferroviários da Estrada de Ferro Mossoró-Souza, para forjarem sua unidade a qual lhes possibilite assegurar, para os trabalhadores ameaçados, o enquadramento como efetivos com as garantias e direitos que a lei lhes confere.



O município de Catanduva é um dos maiores produtores de café do Estado de S. Paulo. Nêle se encontram grandes plantações de café, cujo número de cafeeiros em produção é superior a 13 milhões. A produção média da região é de 50 sacos por mil pés de café.

No entanto, apesar de ser um município rico, a sua vida e seu progresso encontram-se estagnados, em virtude da atual política cafeeira do governo federal. As transações no mercado do café são quase que inexistentes, uma vez que a exportação do produto constitui um monopólio, e está sujeita a um único comprador. Em consequência dessa política antinacional, o comércio local está enfrentando uma séria crise. A atividade comercial do município, em todos os seus ramos, está bastante reduzida. O comércio varejista é o mais prejudicado, em virtude de ser cada vez menor o poder aquisitivo da população.

É grande o número de títulos que diariamente são levados ao cartório para serem cobrados judicialmente. Faltências e concordatas são levadas a efeito com frequência.

Por outro lado, cresce o número dos desempregados que, no período da entre-safra,

## A Difícil Situação Dos Trabalhadores Rurais Reflete-se na Vida do Município de Catanduva

LAURO SILVA

chegou a atingir a quase totalidade dos trabalhadores volantes. Assim, agravou-se ainda mais a situação financeira dos trabalhadores já bastante difícil em virtude dos baixos salários que percebem.

O salário pago aos trabalhadores rurais (volantes) que residem na cidade, não val além de 80 cruzeiros para homens, 40 cruzeiros para mulheres e menores de idade. A quase totalidade dos colonos ganha, pelo trato de mil pés de café, a importância de 4 mil a 4.200 cruzeiros. Em geral, pela colheita de um sacó de 125 quilos de café (no chão), são pagos 20 cruzeiros e, colhido no pano, 25 cruzeiros.

Pelos dados acima expostos, fica evidente que em Catanduva a lei do Salário-mínimo não está sendo cumprida. Por estes mesmos dados, verifica-se que o colono recebe anual-

mente... Cr\$ 12.600,00 (levando-se em conta 3 mil pés de café por colono) quando devia receber a importância de Cr\$ 39.000,00, segundo a lei do salário-mínimo.

Além disso, os fazendeiros não pagam as férias aos seus trabalhadores. Ao contrário, obrigam os colonos a assinar os recibos de quitação das férias, sem que as tenham pago.

Como vemos, a difícil situação por que atravessam os trabalhadores e o comércio do município de Catanduva é uma situação, em boa parte, engendrada pela ganância dos fazendeiros de café da região, que, não respeitando a lei do salário-mínimo nem os direitos conquistados pelos trabalhadores, reduzem sensivelmente o seu poder aquisitivo, afetando toda a vida do município.

Para o fazendeiro pouco importa que os

trabalhadores estejam na miséria e o comércio as portas da falência, se a sua situação é boa, especialmente a situação dos grandes fazendeiros. Estes estão bem, pois conseguem bons financiamentos do governo. Atualmente estão recebendo, a título de financiamento pelo Banco do Brasil, a quantia de 2.600 cruzeiros por sacó de café mole e 2.400 cruzeiros por sacó de café duro.

Quanto aos sítiantes e pequenos proprietários, estes não obtêm empréstimos nem financiamentos, não conseguem nem mesmo vender os seus produtos por um preço compensador, são em geral, também prejudicados.

Podemos assim concluir que, as dificuldades por que atravessa Catanduva podem ser amenizadas. Basta para isso que os grandes fazendeiros sejam obrigados a pagar o salário a que têm direito os seus colonos e assalariados. Seriam muitos milhares de pessoas que teriam em suas mãos mais um pouco de dinheiro para comprar. E' nesse sentido que se movimentam os trabalhadores. Isto é, eles se movimentam para fazer com que os fazendeiros cumpram com as leis do salário-mínimo, das férias, do repouso semanal remunerado e outras a que têm direito.

# PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O Partido Comunista Português após a queda do governo salazarista, apolará um governo representativo das várias correntes de opinião anti-salazarista que se proponha levar a cabo as seguintes medidas governativas.

- 1 — Estabelecimento de liberdades democráticas (liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de greve, de formação e atuação dos partidos políticos);
- 2 — Libertação de todos os prões políticos e sociais e anistia a todos os delitos de opinião, com reintegração nos seus lugares de todos os cidadãos demitidos por motivos políticos; revogação das medidas de segurança para delitos políticos e sociais e dissolução do Conselho de Segurança;
- 3 — Dissolução da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa e democratização do aparelho de Estado;
- 4 — Dissolução da PIDE, Legião Portuguesa, extinção dos Tribunais Plenários e do Campo de Concentração

- do Bié;
- 5 — Resolução dos problemas mais urgentes das classes laboriosas e elevação do seu nível de vida;
- 6 — Extensão às colónias portuguesas de todas as medidas tomadas no sentido da democratização do País;
- 7 — Restabelecimento de relações diplomáticas comerciais e culturais com todos os países;
- 8 — Publicação de uma Lei Eleitoral Provisória que estabeleça a representação proporcional e de direito de voto a todos os cidadãos maiores de 21 anos sem distinção de sexo, grau de instrução, situação económica e raça;
- 9 — Convocação do eleitorado para a eleição de uma Assembleia Constituinte dentro do prazo máximo de 6 meses.

O Partido Comunista Português aceitará, respeitará e lutará para que seja acatada a vontade popular, expressa em eleições livres.

## V

### PROGRAMA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO

APÓS A ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, QUE ELABORARÁ A NOVA CONSTITUIÇÃO, O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS LUTARÁ PARA QUE SE REALIZE O SEGUINTE PROGRAMA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DO POVO:

#### a) — O REGIME POLITICO:

- 1 — Criação dum sistema parlamentar com uma Câmara única;
- 2 — Que o Presidente da República seja eleito pelos deputados, não lhe reconhecendo estes o poder de promulgar leis que não tenham sido aprovadas previamente pelo parlamento;
- 3 — Nomeação do Chefe do Governo pela Câmara dos Deputados e que o governo por ele formado seja sancionado pela Câmara;
- 4 — Que todos os cidadãos maiores de 18 anos tenham o direito de eleger para o parlamento e organismos administrativos locais e tenham o direito de serem eleitos todos os cidadãos maiores de 21 anos, independentemente do tempo de residência, da situação económica, do grau de instrução, do sexo ou raça, em sufrágio direto, igual e secreto. Estabelecimento da representação proporcional, segundo a força revelada por cada partido político nas eleições;
- 5 — Estabelecimento de um largo sistema democrático de administração local (distritos, concelhos e freguesias) na base de organismos eleitos por sufrágio direto, igual e secreto;
- 6 — Garantia do direito de liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de greve e de manifestação. Inviolabilidade das pessoas, correspondência e domicílios;
- 7 — Igualdade completa de direitos para todos os cidadãos, sem distinção de sexo, religião ou raça;
- 8 — Separação da Igreja do Estado. Que o Estado seja laico, mas dado que uma grande parte da nossa população é católica, o Estado deverá ajudar às necessidades do culto. Garantia do direito de professar e praticar qualquer religião;
- 9 — Democratização da Justiça;
- 10 — Democratização de todas as forças armadas, de forma a constituírem uma garantia eficiente da defesa da democracia, da integridade do território nacional, da soberania do País e da Paz.

#### b) — AS RELAÇÕES COM OUTROS POVOS:

- 1 — Relações diplomáticas, económicas e culturais com todos os povos sem exceção, na base da não ingerência nos assuntos internos e do respeito pela soberania e interesses mútuos;
- 2 — Política externa portuguesa de neutralidade orientada no sentido de promover a paz mundial e a cooperação internacional e baseada na possibilidade de coexistência pacífica de todos os Estados;
- 3 — Proibição de toda a propaganda de guerra e de tudo o que possa fomentar o ódio entre os povos e raças. Cumprimento e respeito pelos princípios da ONU;
- 4 — Denúncia de todos os tratados e compromissos de ordem internacional que sejam lesivos da independência da Nação e da vida pacífica do povo português;
- 5 — Entrega ao comando militar português da base militar das Lajes e saída dos comandos e oficiais americanos e ingleses e outros das unidades militares nacionais;
- 6 — Defesa dos direitos legais e dos interesses dos portugueses que vivem no estrangeiro;
- 7 — Estabelecimento de uma amizade duradoura, na base de direitos iguais, com os povos das colónias portuguesas. As populações dos territórios de Goa, Damão, Diu, Macau e Timor devem ser dadas todas as possibilidades de decidirem dos seus destinos, incluindo a de se integrarem nos seus países de origem, de que foram arrancadas há séculos. Auxílio fraterno, económico, técnico e cultural, aos povos das colónias portuguesas. Reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência.

#### c) — DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA NACIONAL:

- 1 — Fomento da industrialização, com liberdade de iniciativa para todos os industriais; proteção à pequena indústria e ao artesanato. Liberdade de iniciativa para o comércio. Defesa da indústria nacional e regularização do comércio externo, tendentes a evitar a concorrência ruínosa do estrangeiro;
- 2 — Defesa das matérias primas nacionais e o estudo do seu aproveitamento em benefício do povo português. Criação duma indústria pesada, base da independência económica do País. Modernização e desenvolvimento das indústrias produtoras de artigos de amplo consumo. Modernização da rede de transportes e comunicações;
- 3 — Abolição dos monopólios, com a nacionalização das empresas monopolistas e dos bancos emissores. Inspeção

rigorosa a toda a atividade bancária e seguradora. As empresas e capitais da burguesia nacional não monopolista não deverão ser nacionalizados;

- 4 — Nacionalização das grandes empresas estrangeiras instaladas em Portugal, que sejam consideradas lesivas da economia nacional;
- 5 — Anulação das concessões mineiras e industriais aos monopólios estrangeiros;
- 6 — Reforma tributária de modo a aliviar a carga que pesa sobre as pequenas economias, estabelecendo um impulso progressivo sobre os rendimentos, sucessões e doações, pagando quem pode pagar. Supressão do imposto profissional sobre os salários dos trabalhadores e pequenos ordenados;
- 7 — Estímulo à criação e desenvolvimento de cooperativas de produção e de consumo.

#### d) — A CLASSE OPERARIA:

- 1 — Estabelecimento de um salário-mínimo vital para todos os trabalhadores, e de salário igual para trabalho igual, independentemente do sexo, idade, raça ou nacionalidade;
- 2 — Cumprimento efetivo da jornada de 8 horas de trabalho e estabelecimento da semana de 44 horas para todos os trabalhadores. Estabelecimento da jornada de 7 horas para os mineiros e operários das indústrias tóxicas. Criação de condições higiénicas e de segurança do trabalho e fiscalização da sua aplicação em todas as indústrias, particularmente nas da pesca, mineira, química, construção civil, pedreiras, etc.;
- 3 — Abolição das multas e das leis de mobilização militar do trabalho;
- 4 — Organização de um sistema de salários compensadores. Promoção dos trabalhadores à categoria correspondente às suas habilitações profissionais. Proibição do trabalho pesado e perigoso para as mulheres e os aprendizes. Facilidades de estudo, com diminuição das horas de trabalho e sem redução do salário, para os jovens aprendizes e operários que estudam;
- 5 — Seguro social a cargo do Estado, no caso de reforma, velhice, invalidez, desastre, doença ou desemprego. Os bens das Caixas de Reforma e Previdência, assim como os da Federação dos Serviços Médicos-Sociais deverão ser integrados progressivamente no seguro social. Participação na administração do seguro social de representantes dos trabalhadores escolhidos pelas associações de classe; supressão dos descontos para o desemprego e abono de família nos salários dos trabalhadores. Abono de famílias a cargo do Estado e do patronato, extensivo a todas as classes trabalhadoras;
- 6 — Férias anuais pagas, de pelo menos 15 dias, para todos os trabalhadores. Licenças pagas para as parturientes antes e depois do parto. Assistência à maternidade e à infância por meio de maternidades, creches, jardins de infância, etc.;
- 7 — Entrega dos Sindicatos Nacionais e seus bens à direção dos trabalhadores e completo direito à sindicalização para todos os trabalhadores, incluindo os do Estado e independentemente da sua idade. Direito dos Sindicatos poderem concluir livremente Contratos Coletivos com as entidades patronais;
- 8 — Ajuda aos pescadores com instrumentos de pesca e material, por meio de créditos em condições vantajosas. Redução do imposto de pescado e supressão do sistema escravizador de remuneração do trabalho dos pescadores, segundo o volume da sua pesca. Alargamento da legislação operária aos pescadores. As Casas dos Pescadores com todos os seus bens serão entregues aos pescadores. Extinção da Junta Central das Casas dos Pescadores.

#### e) — OS CAMPEONES E A AGRICULTURA:

- 1 — Supressão da grande propriedade latifundiária e sua divisão gratuita pelos assalariados rurais e camponeses pobres, por meio de uma Reforma Agrária, que dê essa terra a quem a trabalha;
- 2 — Publicação de uma lei que garanta a posse da terra aos seus novos proprietários, após a Reforma Agrária. Irrigação de vastas áreas (algumas delas incultas ou mal cultivadas) e direito para os camponeses de se servirem em boas condições das obras de irrigação;
- 3 — Abolição das formas semifeudais da exploração dos camponeses (aforamentos, parcerias, etc.);
- 4 — Revisão dos sistemas de arrendamentos, de molde a melhorar a situação dos rendeiros e a assegurar uma melhoria das condições de exploração da terra;
- 5 — Respeito pela propriedade não latifundiária;
- 6 — Garantia de preços compensadores para todos os produtos agrícolas;

- 7 — Ajuda imediata aos camponeses com crédito fácil e barato e assistência técnica;
- 8 — Abolição de todas as dívidas contraídas pelos camponeses pobres junto das Caixas de Crédito Agrícola, bancos e usurários;
- 9 — Trabalho assegurado e salário-mínimo compatíveis com o custo de vida para todos os operários agrícolas e para os restantes trabalhadores rurais. Estabelecimento para os operários agrícolas dos direitos conferidos pela Lei à classe operária;
- 10 — Diminuição das contribuições pagas pelos camponeses pobres ao Estado e às Câmaras, supressão das derramas, firma braçal e anulação das contribuições relaxadas;
- 11 — Estímulo à criação de cooperativas de produtores e de consumo, facilitando-lhes o Estado ajuda financeira e técnica, para melhorar a vida dos camponeses. Extinção dos Grêmios de lavoura e entrega dos seus bens às associações de classe camponesas. Entrega dos bens das Casas do Povo às associações de classe camponesas e supressão da Junta Central das Casas do Povo.

#### f) — O FUNCIONALISMO, OS EMPREGADOS E AS FORÇAS ARMADAS:

- 1 — Reajustamento dos vencimentos dos funcionários públicos e dos ordenados dos empregados, de modo a elevar o seu nível de vida;
- 2 — Melhoria substancial das condições de vida, de serviço e prões dos soldados e marinheiros. Melhoria dos vencimentos dos sargentos e oficiais de patentes inferiores. Abolição das promoções arbitrárias.

#### g) — MEDIDAS RELATIVAS À AGRICULTURA, HABITAÇÃO E SAUDE:

- 1 — Ensino primário obrigatório e gratuito e introdução do ensino infantil. Extinção rápida do analfabetismo. Ensino técnico gratuito aos trabalhadores. Redução do custo do ensino secundário e superior e auxílio aos estudantes pobres. Reforma e atualização do sistema de instrução, dos programas e dos métodos de ensino;
- 2 — Proteção efetiva, por parte do Estado, ao desenvolvimento técnico, cultural e artístico do País. Estímulo à criação de um Teatro e de um Cinema verdadeiramente nacionais;
- 3 — Melhoria das condições de vida e dignificação do professorado, cientistas e artistas;
- 4 — Ajuda e estímulo por parte do Estado e dos Municípios aos desportos, educação física da juventude, coletividades e atividades culturais populares. Construção pelo Estado e Municípios de campos de jogos, ginásios e piscinas;
- 5 — Reforma dos serviços médicos e hospitalares com vista a assegurar uma assistência eficiente e barata;
- 6 — Medidas tendentes a eliminar a prostituição;
- 7 — Construção de bairros de casas de rendas acessíveis às classes laboriosas e ajuda às Cooperativas de construção por parte do Estado e Municípios.

## VI

### A Unidade Nacional, Fator Decisivo Para a Instauração da Democracia

A unidade da classe operária que urge alargar e fortalecer nas mais variadas formas de luta por reivindicações, económicas, políticas e sociais, é indispensável para que a classe operária possa desempenhar o seu papel dirigente na luta do povo português pela conquista da democracia.

Unida, a classe operária representa uma enorme força de atração para as restantes massas laboriosas do País, sendo assim a base poderosa em que assentará a união de todas as forças democráticas e anti-salazaristas. A unidade e a luta da classe operária e de todas as camadas laboriosas do nosso povo será a força decisiva capaz de arrastar atrás de si as camadas mais hesitantes. Só uma tal união de forças e de vontades terá capacidade para conquistar a liberdade e a democracia pelo afastamento do poder da ditadura salazarista.

Se todos os partidos, organizações e grupos democráticos e anti-salazaristas, assim como todas as classes e setores da população atingidos nos seus interesses pela política anti-nacional de Salazar, compreenderem que só a união faz a força e que essa união se forja, antes de tudo, através das mais variadas formas de luta por reivindicações próprias a cada classe ou setor, e por reivindicações comuns a todas as classes, a ampla frente nacional de ação pela democracia será um fato num prazo de tempo mais ou menos curto — será o princípio do fim dos sofrimentos do nosso povo.

Realizada na prática esta ampla unidade de ação anti-salazarista, estará aberto o caminho para novas e maiores ações de massas, ações que poderão culminar, por exemplo, com uma greve geral política que, paralyzando a ação do governo, poderá tornar assim possível a conquista da democracia e da liberdade por meios pacíficos.

Esta tarefa é demasiada grande para poder ser realizada por um só partido. Ela só pode ser realizada pelos partidos e agrupamentos democráticos e anti-salazaristas. Nenhum partido, nenhuma corrente, marchando isoladamente, terá forças para operar a viragem política tão ansiosamente desejada por todo o povo português. A unidade de ação é o único caminho. O Partido Comunista Português não poupará esforços para a conseguir, porque isso, corresponde aos desejos e interesses sagrados do povo português.

Apresentar o seu Programa ao povo português, o Partido Comunista Português, crente que ele corresponde aos interesses de todas as camadas laboriosas e aos interesses de Portugal, garante que lutará com todas as suas forças pela sua realização prática. O Partido Comunista Português fará tudo para que o seu Programa se transforme no Programa da classe operária da cidade e do campo, das massas camponesas laboriosas, dos intelectuais, da juventude, das mulheres, dos soldados e marinheiros, e de certas camadas da burguesia, não monopolista. Só transformando-se no Programa do povo e apoiado na sua luta ativa, o Programa que o Partido Comunista apresenta poderá ter realização prática pelos governos democráticos que ocuparem o Poder.

(Aprovado no V Congresso do Partido Comunista Português, realizado, clandestinamente, em outubro de 1957)

# Um Povo Quebra os Grilhões Coloniais

um golpe militar reacionário, que impôs ao Presidente Sukarno a substituição de Sastroamidjojo, no cargo de primeiro ministro, por Haranap, no Partido Masjumi.

As forças reacionárias internas, apoiadas e estimuladas pelo imperialismo, esperavam assim obter, através de eleições-farsa, a criação de um «Estado Muçulmano» reacionário, do tipo do governo atual do Paquistão. Os resultados das eleições constituíram no entanto uma reviravolta histórica para a Indonésia, e surpreenderam todo o mundo. O Partido Comunista da Indonésia obteve mais de 6 milhões de votos com 39 deputados colocando-se quase que em igualdade de forças entre os quatro grandes partidos políticos do país: ao lado do Partido Nacionalista, de Sukarno, do Partido Nahdatul Ulama, muçulmano não reacionário e do Partido Muçulmano Masjumi, dirigido pelo ex-primeiro ministro Hatta. Os três primeiros partidos passaram a dispor de maioria no parlamento. Hatta, que havia sido eleito vice-presidente da República, renunciou a

este cargo, por divergir de Sukarno.

Um aspecto importante dessas eleições foi o novo progresso realizado pelo Partido Comunista entre a primeira e segunda. Como consequência, a composição do Parlamento, cujas eleições precederam as de dezembro para a Constituinte, não correspondiam mais à correlação de forças revelada por estas últimas, nas quais o avanço democrático fora ainda maior.

Após as eleições, foi organizado o novo gabinete Sastroamidjojo. Os imperialistas holandeses, já abertamente apoiados pelos norte-americanos e ingleses, intensificaram então suas manobras. Nos últimos meses de 1956 e nos primeiros meses do ano corrente assistimos a diversas tentativas de golpes militares, à formação de governos locais rebeldes, a uma primeira tentativa contra a vida do presidente Sukarno, a assaltos a bombas contra a sede do Partido Comunista. A Conferência da SEATO (Organização do Tratado do Sudeste da Ásia), realizada no início do ano com a presença de Foster

Dulles, teve como objetivo principal estimular um golpe reacionário na Indonésia. Como se sabe, a não participação da Indonésia naquele organização constitui um dos principais obstáculos aos planos guerreiros do imperialismo na Ásia.

Com o ascenso das forças democráticas e nacionalistas na Indonésia, aumentou o desespero dos imperialistas. A luta entre as forças ant imperialistas e as forças reacionárias, apoiadas no imperialismo, torna-se extremamente aguda. Essas últimas utilizam-se cada vez mais de atos terroristas e tentativas de golpes de força. O Partido Comunista da Indonésia, em seus documentos, chama a atenção para os perigos decorrentes dessa situação, e para a necessidade de uma permanente vigiância e unidade reforçada das forças democráticas, bem como da solidariedade dos demais povos.

sr. Presidente. Não podemos trabalhar, não temos forças, estamos na beira do cenitério e estes senhores do IAPTC continuam a protelar o pagamento. A imprensa, o rádio e o parlamento do Rio Grande do Sul estão ao nosso lado, mas só os senhores do IAPTC colocam o contra nós.» Os mineiros aposentados, de São Jerônimo terminam o seu apelo, dizendo confiança que o sr. Juscelino fará justiça, solucionando o problema de acordo com os interesses daqueles trabalhadores.

## Apelo Dos Mineiros de S. Jerônimo ao Presidente da República

Contendo 32 assinaturas de velhos mineiros de São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, recebemos um apelo, com o pedido de publicação, endereçado ao Presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek. Dizem os mineiros guachos:

«Nós abaixo assinados vimos muito respeitosamente pedir a V. Excia. que se digna em mandar solucionar o impasse de um pagamento

de atrasados que o IAPTC tem com os mineiros de São Jerônimo, aposentados, que é a diferença entre o salário mínimo anterior e o presente. Durante sete meses essa instituição não nos pagou, acumulando um total de Cr\$ 9.100,00 de cada aposentado, na base do salário mínimo atual. Há quase dois anos que o IAPTC somba da nossa desgraça, por estarmos arrebitados e tuberculosos,

## A BATALHA DA DIFUSÃO

É JUSTO registrar hoje, o apoio que recebemos de agentes, leitores e assinantes, em relação ao aumento do preço do exemplar de VOZ OPERÁRIA, aumento fundamentado nos argumentos publicados na nossa edição de n.º 444 de 7 de corrente. Esse apoio reflete compreensão da parte de quem não-lo dá e mostra quanto foi justa a resolução.

Mas justo é, também, alertar aos agentes de VOZ OPERÁRIA da inutilidade da medida, se não mantivermos os pagamentos, no nível reclamado pelos interesses financeiros da nossa empresa. Há os que negligenciam esse compromisso, forçando-nos a interromper as entregas de VOZ OPERÁRIA por falta de pagamento, criando dificuldades sem conta à nossa economia.

Outro aspecto que deve merecer a nossa atenção, é o que se refere, propriamente, à difusão. Sobre esta questão necessitamos de maiores informações a fim de elaborar um plano adequado.

**CORRESPONDÊNCIA DE VOZ OPERÁRIA:** Temos recebido, por várias vezes, reclamações sobre a falta de correspondência e de fatura comercial, para os nossos agentes e assinantes. Queremos informá-los de que merecem respostas todas as cartas que recebemos e não excluímos a nenhum agente de VOZ OPERÁRIA das normas comerciais indispensáveis ao bom entendimento entre nós. A todos damos a mesma atenção e procuramos uma ajuda recíproca na busca de solução para as dificuldades comuns.

**NOVA AGÊNCIA:** Florianópolis (Piauí) e Nova Granada.

**AGÊNCIAS RESTABELECIDAS:** Cruzeiro D'Oeste, Aracatuba, Vitória.

**REDUÇÃO:** Limeira 20% e C. Macacu 3%.

**RETIFICAÇÃO:** Publicamos na semana passada que havia nova agência em Ituverava e Barretos. Queremos retificar, as agências são em Miguelópolis e Guaiçara.

**NOVOS ASSINANTES:** Guararapes-SP(4) e Guarani-MG(2).

**DESMEMBRAMENTO DE COTA:** tomamos conhecimento e atendemos o pedido feito pelo agente de Mangaratú, sobre o desmembramento de sua cota. Mandaremos os 5 exemplares para Nova Granada.

**PAGAMENTOS** de 12/12 e 18/12/57: S. J. B. Vista, S. J. Campos, B. Horizonte, Petrópolis, C. Macacu, Aracaju, Manaus, Campo Grande, Uberaba, São Paulo, Campos, Aracatuba, Mangaratú, João Pessoa, Barra Mansa, Vitória, Pres. Prudente, Porto Alegre, Juiz de Fora, Itapetininga (JCV), Corumbá, Realengo (DF), Campinas, Culabá, Curitiba e Ilhéus.

A agência de Ilhéus liquidou o débito que tinha com esta Matriz até o n.º 445.

### POSTA RESTANTE

**SÃO PAULO:** Recebemos de nossa Sucursal, várias remessas de fotografias, clichês, o que muito agradecemos. Quanto à carta datada de 17 do corrente, contém boas iniciativas. No próximo número publicaremos a reportagem de Osasco.

**SANTA RITA DO SAPUCAÍ (MG):** De M. A. de Andrade, recebemos e agradecemos os dados sobre o Sindicato Rural.

**DISTRITO FEDERAL:** De Sebastião Cordovil, recebemos o poema «A Canção do Trabalhador». Deixamos de publicá-la por fugir ao caráter desse jornal. Agradecemos.

**ARAPONGAS (PARANÁ):** De Edvard de Souza Prado recebemos o poema «3 de Janeiro». Deixamos de publicá-la pelas mesmas razões expostas a Sebastião Cordovil. Muito grato.

## O Conceito de Sukarno e os Acontecimentos Atuais

A EVOLUÇÃO política do novo indonésio acelerou-se consideravelmente no decorrer deste ano. Os resultados das eleições locais, realizadas ultimamente, confirmaram espetacularmente essa observação, que já vinha sendo feita desde o início do ano. O Partido Comunista da Indonésia saiu dessas eleições locais como o primeiro e mais poderoso partido da ilha de Java, na qual se concentram mais de dois terços da população do país. O Partido Masjumi, que representa os latifundiários nativos e os grandes capitalistas compradores, isto é, o setor da burguesia ligado ao imperialismo, ficou ainda mais enfraquecido.

O Presidente Sukarno, cuja política de paz e de defesa da indep. nac. vem sendo há vários anos decididamente apoiada pelo Partido Comunista, apresentou há alguns meses um plano (o seu famoso concerto) destinado a superar a contradição existente entre a composição do Parlamento, resultante das eleições de setembro de 1955, e a atual correlação de forças no país. Com esse plano o governo, intimamente ligado às forças populares, ficaria reforçado em seu combate às contínuas tentativas de golpes reacionários em todo o país.

Esse plano compreendia duas partes: 1) a constituição de um ministério composto de representantes de todos os partidos, inclusive do Partido Comunista, que até agora nunca participou diretamente do governo; 2) a criação, ao lado do Parlamento, de um Conselho Nacional, auxiliar da Presidência, constituído de representantes de to-

dos os partidos e mais de representantes das grandes organizações de massas existentes no país, e dos sindicatos operários e ligas camponesas. A segunda parte do plano foi realizada. A primeira foi adiada, em face das dificuldades surgidas, e em seu lugar foi constituído um gabinete extra-parlamentar, isto é, técnico e não partidário, presidido pelo primeiro ministro Djunda, homem sem partido.

O novo gabinete já adotou uma série de iniciativas democráticas, e intensificou a campanha pela recuperação do território do Irian Ocidental. Este território, que sempre fez parte da Indonésia, continua «provisoriamente» ocupado pelos holandeses. O Acordo da Conferência da Mesa Redonda de 1949, determinava que a situação desse território seria decidida mais tarde, por um outro acordo especial. Os holandeses sempre se recusaram, no entanto, a iniciar as negociações previstas para esse fim.

Atendendo a essa reivindicação sentida do povo indonésio, 18 países afro-asiáticos e mais um latino-americano, a Bolívia, apresentaram na última assembleia da ONU um projeto de resolução no qual se determinava o início das negociações entre a Holanda e a Indonésia, afim de resolver o litígio referente ao Irian Ocidental. Esse projeto não obteve no entanto a maioria necessária, o que provocou indignação na opinião pública indonésia.

Poucos dias após essa votação na ONU, elementos reacionários estimulados pelo imperialismo tentaram assassinar o presidente Sukarno, à saída de uma escola primária que acabava de inaugurar. Dois dias após, realizou-se em todo o país uma greve geral de protesto contra os imperialistas holandeses. A classe operária indonésia, tomando a iniciativa dos acontecimentos, transformou essa greve na ocupação sucessiva das mais importantes empresas holandesas, logo em seguida oficializada pelo governo, que determinou também a ocupa-

ção das «plantações» de propriedades holandesas.

Os imperialistas holandeses, procurando incompatibilizar o governo indonésio com muitos setores da opinião pública mundial, iniciaram uma campanha de telegramas mentirosos. Primeiramente, anunciaram que o governo indonésio havia expulsado em massa todos os holandeses residentes no país, quando este apenas determinou a repatriação dos holandeses desocupados. Logo a seguir, a rádio de Amsterdã noticiava uma pretensa deposição do presidente Sukarno, prontamente desmentida por este próprio. Afim dessa campanha, os imperialistas holandeses tentam obter uma decisão da OTAN em seu apoio, e se lançam a novos atos de terrorismo contra os patriotas indonésios.

### A ATITUDE DO GOVERNO BRASILEIRO

É inadmissível e imperdoável a atitude assumida pelo governo brasileiro em face de todos esses acontecimentos. Nossa delegação na ONU votou contra a resolução dos 18 países afro-asiáticos e da Bolívia, e portanto votou a favor dos imperialistas holandeses, quando os próprios Estados Unidos se abstiveram, hipocritamente, de votar, para não ficar mal perante os povos afro-asiáticos. Não contente com isso, o presidente Kubitschek apressou-se a declarar espalhafatosamente que o Brasil receberia de braços abertos os holandeses expulsos da Indonésia, isto é, os agentes do imperialismo. Perante o novo indonésio e a opinião pública mundial, o Brasil, país sub-desenvolvido e também oprimido pelo imperialismo, aparece assim, através de seu governo como contrário às reivindicações indonésias e defensor dos interesses holandeses. É urgente e imperioso que o povo brasileiro faça sentir a seus irmãos indonésios que não aprova essas atitudes do governo Kubitschek e que esta solidariedade não só como a luta do povo indonésio como com todos os demais povos que se batem por sua independência nacional.



## Declaração do Partido Comunista da Indonésia

O BUREAU político do Comitê Central do Partido Comunista da Indonésia, em declaração dada ao público a 9 de dezembro, afirmou que todas as forças da Indonésia estão dispostas a «um outro curso», diferente daquele determinado pela ONU, no que se refere ao Irian Ocidental.

A declaração do PCI aplica para que o povo da Indonésia se una ainda mais estreitamente e obedeça a uma direção unificada em sua luta para recuperar o Irian Ocidental.

A declaração afirma que quaisquer conflitos que possam ocorrer com relação ao Irian Ocidental, na luta contra os colonialistas holandeses, podem ser resolvidos através de conversações.

O necessário agora é impedir que os holandeses utilizem os recursos econômicos, que possuem na Indonésia.

Se os holandeses se dispuserem a negociar a devolução

do Irian Ocidental, sob os auspícios da ONU, poderão vir a receber uma indenização para compensar a perda das empresas ocupadas recentemente pelos sindicatos indonésios. Em caso contrário, se se recusam a negociar, os holandeses não receberão qualquer indenização. As empresas serão consideradas sumariamente confiscadas.

Até agora, diz a declaração, o governo indonésio ainda não decidiu se nacionaliza ou confiscará as empresas holandesas. Isto significa que o governo indonésio está dando à Holanda a oportunidade de pensar sobre o caminho a seguir com relação ao Irian Ocidental.

A declaração afirma que a ação do povo indonésio é dirigida exclusivamente contra os grandes capitalistas holandeses e não contra os grandes capitalistas dos outros países imperialistas, uma vez que não tomam posição hostil com relação à República

da Indonésia na sua disputa com a Holanda

## VOZ OPERÁRIA

**Mário Alves**

MATRIZ:  
Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

**ASSINATURAS**

Anual	150,00
Semestral	80,00
Trimestral	60,00
Núm. avulso	3,00
Núm. atrasado	5,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte.

**SUCURSAL**

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n.º 66, s/ 43

# O QUE SE PASSA NA INDONÉSIA

## UM POVO QUEBRA OS GRILHÕES COLONIAIS

### I Indonésia: um Dos Maiores Países do Mundo

A INDONÉSIA é um dos maiores países do mundo, com uma população de 84 milhões de habitantes. É constituída por cerca de 3.000 ilhas, situadas entre a Austrália e o Sudeste da Ásia. Mais de dois terços da população total concentram-se na grande ilha de Java, que possui uma das regiões mais densamente povoadas do globo — cerca de 400 habitantes por quilômetro quadrado. Além de Java, destacam-se as ilhas de Sumatra, Celebes, o arquipélago das Molucas, Bornéu e Timor. A parte norte da ilha de Bornéu é uma colônia britânica e a metade oriental da ilha de Timor colônia portuguesa. A metade ocidental da ilha de Nova Guiné, conhecida como Irian Ocidental, também pertence à Indonésia, embora esteja sob ocupação holandesa (a outra metade da Nova Guiné pertence à Austrália.)

As dimensões da região na qual se encontram as 3.000 ilhas da Indonésia são também enormes. Da extremidade oeste de Sumatra à extremidade leste das Molucas, cerca de 4.000

quilômetros, isto é, a mesma distância que existe entre a extremidade norte do Brasil, no território do Rio Branco e a extremidade sul, no Rio Grande do Sul. Colocada sobre o mapa da Europa, a Indonésia atravessa-a de leste a oeste, estendendo-se desde a Inglaterra até o Cáucaso, junto ao mar Cáspio. Se incluirmos a Irian Ocidental, essa dimensão aumenta para 5.000 quilômetros. Do norte do Bornéu à extremidade sul da ilha de Sumba, a distância atinge mais de 1.500 quilômetros.

A superfície total da Indonésia é de 1.491 mil km² com o Irian Ocidental, e de 1.003 km² com a exclusão desta região.

A capital da Indonésia é Djakarta, com cerca de 3 milhões de habitantes. Outras grandes cidades são Bandung, onde se realizou em 1955 a histórica conferência das nações afro-asiáticas; Semarang; Djogjakarta; e Surabaya, todas na ilha de Java; e Palembang, na ilha de Sumatra.



D. N. AIDIT, Secretário-Geral do P. C. da Indonésia

rio, caído sob o seu domínio. A tentativa de ocupação do Brasil por uma outra companhia holandesa, a companhia das Índias Ocidentais, foi iniciada cerca de 30 anos após a conquista da Indonésia. O período de colonização teria sido portanto o mesmo durante o qual a Indonésia foi reduzida à insuportável situação que levou o seu povo ao levante de agosto de 1945, seguido de duros anos de luta pela consolidação da independência nacional.

Em 1953, embora a extensão total das linhas férreas fosse o dobro da do Brasil, a Indonésia, com população 30% superior à nossa, tinha aproximadamente o mesmo número de crianças matriculadas em escolas comparada com o nosso país, seu

maior atraso reside no setor da indústria. A produção de alimento só agora atinge 500.000 toneladas por ano, quando a nossa é superior a 3 milhões. Não existe indústria siderúrgica. Além de uma fábrica Good Year de pneumáticos e de uma fábrica de montagem de veículos General Motors, possui o país algumas fábricas de têxteis, de papel e de produtos químicos.

Ao lado disso, concessões petrolíferas não só do truste anglo holandês Royal Dutch Shell como da Standard Oil; e imensas plantações de borracha, chá e café controladas em sua quase totalidade por colonistas holandeses, agora apropriados por decisão do governo indonésio.

Até agora 70 a 80% das inversões estrangeiras na Indonésia correspondem a capitais dos imperialistas holandeses. Essas inversões, eram protegidas pelo acordo capitulacionista concluído em 1949 pelo governo reacionário do primeiro ministro Hatta. Os dispositivos antinacionais desse acordo estão sendo neste momento anulados pela ação combinada dos sindicatos operários e do governo Sukarno, no qual a burguesia nacional possui os postos-chave. Com a ocupação das grandes empresas e fazendas holandesas, o povo indonésio está dando o passo decisivo para a conquista de sua plena independência econômica, e para a consolidação de sua independência política.

munistas foram libertados no processo dessa luta e organizaram em todo o país guerrilhas, que impediram novos progressos das tropas holandesas.

Foi então que se realizou em 1949 a Conferência de Mesa Redonda, entre o governo holandês e o governo da Indonésia, ainda dirigida pelo primeiro ministro Hatta. A soberania da Indonésia foi reconhecida pela Holanda, mas como uma Federação, incluída numa União Holandesa-Indonésia, que seria uma cópia da Commonwealth Britânica, tendo a rainha da Holanda como chefe de Estado.

Continuou no entanto a luta do povo indonésio, e em 1952 foi constituído o governo democrático e progressista do primeiro ministro Ali Sastroamidjojo, do Partido Nacionalista (representante da burguesia nacional), ao qual se filiara também o presidente da República, Sukarno. O Partido Comunista voltou à plena legalidade. Iniciou-se um grande ascenso democrático, e uma forte tendência à unidade de ação entre o partido Nacionalista e Partido Comunista, e o Partido Nahdlatul Ulama, também muçulmano, mas não reacionário como o Partido Masjumi. Em 11 de agosto de 1954 foram rompidos os últimos laços políticos com a Holanda, dissolvendo-se assim a União Holandesa-Indonésia, e firmando-se a República da Indonésia como república unitária e inteiramente independente. Continuava no entanto a subsistir a forte penetração econômica do imperialismo holandês, acompanhada de uma penetração crescente do imperialismo norte americano.

A extrema dispersão do território indonésio subdividido em milhares de ilhas, facilitava a atuação dos agentes do imperialismo, que continuamente criavam centros de perturbações, movimentos separatistas, e até mesmo governos locais em certas regiões, hostis ao governo central de Djakarta.

### IV AS ELEIÇÕES DE 1955 — UMA REVIRAVOLTA HISTÓRICA.

DESDE 1950 era a Indonésia regida por uma Constituição, e possuía um parlamento eleito, sendo parlamentar o sistema de governo. Sukarno, o dirigente do movimento libertador de 1945, e que representava as aspirações da burguesia nacionalista, havia sido confirmado pelo voto popular no posto de Presidente da República. O primeiro ministro Sastroamidjojo, além de marcar as eleições para a renovação do parlamento, para setembro de 1955, decidiu convocar uma Assembleia Constituinte, também eleita por votação direta. Essas duas eleições foram no entanto precedidas de

(Conclue na 11.ª página)

### II Trezentos e Cinquenta Anos de Dominação Holandesa: Atraso e Miséria

A INDONÉSIA começou a ser ocupada pelos holandeses nos últimos anos do século 16, isto é cerca de 300 anos após a descoberta do Brasil. Os portugueses, que haviam instalado no arquipélago algumas feitorias, foram expulsos, e a Companhia das Índias Orientais, então organizada na Holanda, efetivou a colonização de toda a região.

A Indonésia é riquíssima

em recursos naturais, como o petróleo, o estanho, a borracha, o chá, a copra. Apesar disso, ao conquistar sua independência em 1945, era um dos países mais atrasados do mundo, com uma população miserável. A causa principal desse atraso reside nos 350 anos de dominação dos imperialistas holandeses, conhecidos em toda a Ásia como os mais impiedosos e brutais entre

todos os colonialistas que durante séculos oprimiram os povos do grande continente. A análise da situação da Indonésia e de outras colônias holandesas constitui o melhor desmentido de teses frequentemente divulgadas entre nós sobre as pretensas vantagens que teriam resultado para o nosso país si em lugar de expulsarmos os holandeses em 1649 tivéssemos, ao contrá-

Este mapa nos dá uma idéia aproximada, porém muito incompleta, do que é a Indonésia. Tendo ao sul a Austrália e, ao norte, as Filipinas, o Viet-Nam e a Federação Malaia, a República da Indonésia se estende através de 3.000 ilhas, de Sumatra às Molucas. A Nova Guiné ou Irian Ocidental, que se vê no mapa, pontilhada, ao lado das Molucas, continua ocupada pela Holanda. Mas por sua libertação luta ativamente o bravo povo indonésio.



### III A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

FOI em 17 de agosto de 1945 que os patriotas indonésios, após 350 anos de dominação holandesa, e 4

anos de ocupação pelos fascistas japoneses, proclamaram a independência do país, constituindo-se a República da Indonésia, sob a presidência de Achmed Sukarno. Participaram do movimento libertador as correntes nacionalistas e o Partido Comunista da Indonésia, embora a atuação deste fosse na época bastante prejudicada por defeitos de organização consequentes principalmente de 20 anos de perseguições e ilegalidade.

A proclamação da República foi seguida de duros anos de lutas contra as tropas holandesas, auxiliadas por tropas inglesas provenientes da Índia. A trégua verificada após o acordo de cessar-fogo de março de 1947 foi de curta duração. O gabinete reacionário chefiado pelo primeiro ministro Hatta, chefe do Partido Muçulmano de direita conhecido como Partido Masjumi, organizou uma provocação anti-comunista para impedir o Partido Comunista da Indonésia de realizar legalmente o seu 5º Congresso. Milhares de comunistas e simpatizantes foram então trucidados. Os imperialistas holandeses, aproveitando-se dessas circunstâncias, violaram o acordo de cessar-fogo e reiniciaram a luta contra o povo indonésio, chegando a ocupar a capital da República, que era então a cidade de Djogjakarta. Os com-